



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONOMICAS

JOÃO HENRIQUE DE LIMA SEIXAS

NEOLIBERALISMO, AUTORITARISMO E DESIGUALDADE: O CASO CHILENO

SALVADOR

2024

JOÃO HENRIQUE DE LIMA SEIXAS

NEOLIBERALISMO, AUTORITARISMO E DESIGUALDADE: O CASO CHILENO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Trentin Rech.

SALVADOR

2024

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Cristina Magalhães CRB 5- 960

Seixas, João Henrique de Lima
S462 Neoliberalismo, autoritarismo e desigualdade: o caso chileno./ João
Henrique de Lma Seixas. – Salvador, 2024.
52f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de
Economia, Universidade Federal da Bahia, 2024.

Orientadora: Prof. Dr. Lucas Trentin Rech.

1. Neoliberalismo. 2. Economia política - Chile. 3. Doutrina
econômica. I. Rech, Lucas Trentin. II. Título. III. Universidade Federal
da Bahia.

CDD –320.983

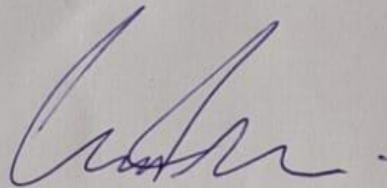
JOÃO HENRIQUE DE LIMA SEIXAS

NEOLIBERALISMO, AUTORITARISMO E DESIGUALDADE: O CASO CHILENO

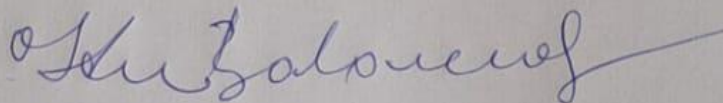
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em 29 de agosto de 2024

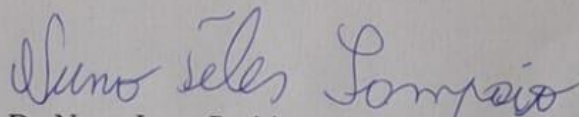
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Lucas Trentin Rech
Orientador
Universidade Federal da Bahia



Prof. Dr. Paulo Antônio de Freitas Balanco
Universidade Federal da Bahia



Prof. Dr. Nuno Jorge Rodrigues Teles Sampaio
Universidade Federal da Bahia

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar o surgimento do movimento político-social neoliberal na Europa durante a década de 1930 e analisar como suas políticas moldaram significativamente as estruturas de capital, estado e trabalho no contexto da ditadura de Pinochet no Chile, entre 1973 e 1990. Além disso, pretende-se examinar os impactos de longo prazo dessas políticas no tecido social chileno, buscando compreender como elas continuam a influenciar a sociedade chilena nas décadas subsequentes. Este trabalho visa contribuir para uma compreensão mais profunda dos efeitos do neoliberalismo em nível nacional e internacional, bem como destacar lições e implicações relevantes para a teoria econômica e as políticas públicas contemporâneas.

Palavras-chave: neoliberalismo; economia política; Chile.

ABSTRACT

The aim of this paper is to investigate the emergence of the neoliberal socio-political movement in Europe during the 1930s and analyze how its policies significantly shaped the structures of capital, state, and labor within the context of Pinochet's dictatorship in Chile, from 1973 to 1990. Additionally, it seeks to examine the long-term impacts of these policies on Chilean social fabric, aiming to understand how they continue to influence Chilean society in the subsequent decades. This work intends to contribute to a deeper understanding of the effects of neoliberalism at both national and international levels, as well as highlight relevant lessons and implications for contemporary economic theory and public policies.

Keywords: neoliberalism; political economy; Chile.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	NEOLIBERALISMO	8
2.1	ORIGENS DO NEOLIBERALISMO NA EUROPA	13
2.2	MILTON FRIEDMAN E A ESCOLA DE CHICAGO	22
3	UMA BREVE APRESENTAÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO CHILE (1541 – 1973)	27
3.1	DAS ORIGENS DO NEOLIBERALISMO CHILENO AO GOLPE DE ESTADO	32
4	A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO NEOLIBERAL	38
4.1	A ASCENSÃO NEOLIBERAL	40
4.2	CRISE E RECONSTRUÇÃO	42
5	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Em 2016 o Fundo Monetário Internacional (FMI) publicou um artigo chamado “*Neoliberalism: oversold?*” (Ostry; Loungani; Furceri, 2016), no qual questiona-se os efeitos das políticas de austeridade impostas pelo próprio FMI pelo menos desde meados dos anos 1970. Após a crise de 2008, as contradições do modelo neoliberal ficaram ainda mais evidentes: apesar do aumento da produtividade, ocorreu um aumento da concentração de riqueza e uma deterioração dos serviços públicos e das contas nacionais nos países aderentes ao modelo.

Entretanto o termo neoliberalismo, quando citado no debate político, causa estranheza, sendo tratado até como teoria da conspiração. Quem é adepto do neoliberalismo não se autoproclama neoliberal e por ser um termo amplo que pode abranger uma variedade de políticas os seus críticos interpretam o termo de maneiras distintas, tornando o debate ainda mais confuso (Mirowski, 2018). A partir da década de 1950, com o “renascimento” do paradigma marginalista como *mainstream* econômico, o modelo neoliberal ganhou um reforço teórico encabeçado pela Escola de Chicago. Para além das suas contribuições teóricas, economistas como Milton Friedman e Friedrich Hayek propagaram o que hoje é conhecido como neoliberalismo: um movimento político que tem como base o individualismo, e uma defesa dogmática do livre mercado, da propriedade privada e da redução da intervenção do estado na economia (Mirowski, 2018; Rech; Balanco, 2024).

Nesse contexto, o Chile se mostra um caso interessante a ser estudado pois devido ao golpe de estado em 1973, o intercâmbio de seus economistas com a escola de Chicago e a subserviência do novo regime aos programas de estabilização econômica de instituições financeiras globais, como o Banco Mundial e o FMI, fizeram com que o modelo em questão tenha sido implementado no país de forma inédita. Sendo assim, pode-se dizer que o Chile desse converteu em um estudo de caso particular desses órgãos internacionais e até mesmo das potências imperialistas.

Tendo isso em vista, este trabalho se apresenta com o objetivo de explicar o neoliberalismo como um movimento político-social originado na Europa por volta da década de 1930 e mostrar como ele foi responsável por alterar as estruturas que moldam as relações entre

capital, estado e trabalho no Chile, durante a ditadura Pinochet, tal como seus efeitos na sociedade chilena até os dias de hoje.

Este trabalho situa-se na intersecção entre a História Econômica e a História do Pensamento Econômico, utilizando uma abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica visa o levantamento e a análise da literatura existente sobre o tema, o que inclui a revisão de livros, artigos acadêmicos e teses que abordam o tema proposto.

No segundo capítulo será abordado o movimento neoliberal, suas principais características e princípios, destacando eventos e fatores políticos e econômicos que influenciaram a sua disseminação. O terceiro capítulo tem como objetivo fornecer uma contextualização histórica acerca da formação econômica e social do Chile para ter-se uma melhor compreensão dos impactos do golpe e da mudança radical da economia chilena. O próximo capítulo terá um enfoque nas mudanças específicas que ocorreram no Chile após o golpe de 1973 e que moldaram as estruturas de capital, estado e trabalho, destacando as reformas econômicas implementadas sob o governo Pinochet e analisando como essas reformas impactaram a sociedade chilena. Por último será analisado como essas reformas impactaram as relações sociais chilenas bem como seus efeitos sobre a distribuição de riqueza e renda até os dias atuais.

2 NEOLIBERALISMO

Antes de adentrarmos no tema do neoliberalismo é essencial traçar a evolução do liberalismo, uma vez que o neoliberalismo é um desdobramento e reinterpretação das premissas liberais. O liberalismo surge como uma doutrina social a partir das ideias iluministas do século XVII e XVIII, e ganha densidade, principalmente, das ideias de John Locke, David Hume e Adam Smith. John Locke defendia que o Estado deveria garantir os direitos naturais dos indivíduos, como a vida, a liberdade e a propriedade. No "Segundo Tratado sobre o Governo Civil", John Locke aborda o direito à propriedade recorrendo à religião, argumentando que Deus deu ao homem a terra e seus recursos para que ele pudesse utilizá-los e transformá-los em bens de consumo (Locke, 2014). Com base em sua concepção, o direito à propriedade privada deixava de ser um direito divino dos reis e passava a ser um direito divino a partir do trabalho, já que Deus só era dono do mundo, na visão de Locke, por ter trabalhado na criação desse. Adam Smith iria subverter a concepção de Locke, influenciado pela teoria da causalidade de Hume, justificando a propriedade privada a partir de sua utilidade para os seres humanos deixando de lado as justificativas metafísicas (Rech, 2019).

Com nomes como David Ricardo e John Stuart Mill, o liberalismo filosófico e político, na interpretação dada pelos autores clássicos da economia política inglesa, passa a focar nas liberdades econômicas, que principiam a não intervenção excessiva do estado no comércio e a defesa da propriedade privada. Para essa linha de pensamento a liberdade para os indivíduos perseguirem seus interesses individuais resultam no bem comum e o estado serviria apenas como um “regulador das interações humanas” (Rech, 2019).

Embora apresentassem argumentos econômicos, as ideias desses autores a respeito do livre mercado eram mais políticas que econômicas, tendo em vista que esses argumentos não abordavam completamente a extensão do livre comércio naquele período. Segundo Tribe (2009), o argumento de Ricardo sobre vantagens comparativas, já no século XIX, que é central para a atual teoria ortodoxa do comércio internacional, focava na taxa de lucro em vez do bem-estar social. De acordo com essa perspectiva, a liberdade econômica era vista como uma condição necessária para a realização das vantagens comparativas, mas não era o objetivo final em si mesmo. Essas ideias encontraram resistência nas visões de autores como Karl Marx e Augusto Comte, que criticaram a visão de que a "sociedade" não pode ser

reduzida simplesmente a uma soma de trocas contratuais entre indivíduos (Dardot; Laval, 2016).

Ainda no século XVIII, como desdobramento da doutrina liberal, surge na Inglaterra a escola utilitarista, que tinha como objetivo a transformação da economia em uma ciência positiva que reduziria a ética em uma visão utilitarista, eliminando o seu aspecto político (Paulani, 2016). Com a disseminação da teoria da utilidade, abandonou-se cada vez mais a teoria do valor trabalho, paradigma anterior, e por consequência o abandono da lógica do conflito entre classes e da distribuição da riqueza. O utilitarismo, com Jeremy Bentham como seu principal expoente, procurou generalizar a consciência humana a partir das condições criadas pelo modo de produção capitalista e, a partir disso, construir princípios éticos e leis naturais. Ao generalizar a consciência humana, o utilitarismo argumentou que os seres humanos eram motivados principalmente pela busca de prazer e pela minimização da dor. Portanto, a tomada de decisões individuais e políticas deveria ser orientada para maximizar o prazer e minimizar o sofrimento (Hunt, 2013). Avelãs Nunes (2007) classifica o surgimento e o estabelecimento dessas teorias como um movimento conservador, já que no contexto do capitalismo, essa filosofia ética se alinhava com os interesses da burguesia, uma vez que minimizou os debates sobre a igualdade e a distribuição de recursos e enxergava a maximização dos lucros como algo benéfico a sociedade.

Em Hunt e Sherman (1977), o liberalismo clássico é apresentado como a ideologia dominante do capitalismo industrial. Eles argumentam que esse pensamento proporcionou as bases filosóficas necessárias para a ascensão e consolidação do capitalismo, especialmente no contexto da Revolução Industrial que consolidou a burguesia na condição de classe dominante, sendo este um fator essencial para explicar o triunfo do liberalismo clássico.

Hunt (2013), ao discutir pensadores como Nassau Senior, explora como suas teorias foram influenciadas pelo temor em relação à crescente organização da classe trabalhadora no século XIX. O avanço dos sindicatos e das associações de trabalhadores desafiava a hegemonia capitalista, já que essa classe, mais organizada, começava a reivindicar melhores condições de trabalho.

Paralelamente ao aumento da influência das ideias radicais de Thomas Hodgskin e William Thompson, as teorias de Senior na década de 1830 refletiam o receio de uma classe

trabalhadora mais radicalizada e com mais poder de barganha. Senior também foi membro do Partido Whig e contribuiu para a formulação da Lei dos Pobres de 1834, uma legislação que, como Eric Hobsbawm destaca, teve efeitos punitivos sobre a classe trabalhadora:

fez com que toda assistência “pagasse menos” do que o salário mínimo, confinou os pobres nas workhouses, semelhantes a prisões, separou, à força, maridos, mulheres e filhos para punir os pobres por sua pobreza e desestimulá-los a cair na perigosa tentação de gerar mais miseráveis (Hunt, 2013).

Na França, preocupado com a influência do socialismo francês, Frédéric Bastiat conferiu autoridade religiosa às ideias utilitaristas. Influenciado por Say e Senior, ele acreditava que a sociedade só poderia existir por meio da troca, uma vez que ela cria interdependência entre os indivíduos e facilita a cooperação. A troca era um símbolo de harmonia e não de conflito, refletindo a crença de Say de que os interesses dos ricos e dos pobres não eram antagonistas (Hunt, 2013).

Bastiat ficou impressionado com a beleza estética do capitalismo e com sua Economia Política: “A Economia Política tem... realmente sua própria poesia especial. Sempre que existe ordem e harmonia existe poesia”. Ele, porém, não desconhecia o fato de que os trabalhadores, às vezes, sofriam dificuldades ou privações: “O sofrimento” – escreveu ele – “tem um papel a desempenhar na vida do indivíduo e, conseqüentemente, também na vida da sociedade”. Também nesse caso a harmonia do capitalismo laissez-faire dava sua ajuda (Hunt, 2013).

Ainda na década de 1870, época em que o capitalismo começa a assumir a sua forma monopolista, se intensificam as crises sistêmicas principalmente na Inglaterra, e com elas movimentos sociais como a comuna de Paris eclodiram em todo o mundo capitalista. Para Paulani (2019):

tudo isso, em suma, ia denunciando o liberalismo como ideologia, como visão de mundo afinada como visão de mundo afinada com um momento histórico específico, que assistia à ascensão de uma determinada classe ao topo da pirâmide social.

Nesse mesmo período Jevons, Menger e Walras dão mais estrutura a teoria do valor-utilidade a partir das ideias utilitaristas. Esse movimento ficou conhecido como marginalismo e teve na figura de Alfred Marshall o seu sintetizador (Rech; Balanco, 2024).

O marginalismo é a base da economia neoclássica. Nesse novo paradigma, o processo econômico se baseia na relação entre as famílias e as firmas, onde as famílias são reduzidas a vendedoras de “fatores de produção” e maximizadoras de utilidade. As firmas, na outra ponta, compram os fatores de produção e maximizam os lucros (Hunt, 2013). Marshall abandona de vez a categoria do valor-trabalho e continua a buscar uma teoria econômica pura, ausente de fatores históricos e políticos, na qual o indivíduo é racional e a característica da indústria moderna é a liberdade econômica (Rech; Balanco, 2024).

Em 1920, ano em que o livro de Marshall, publicado inicialmente em 1890, “*Principles of Economics*”, torna-se o livro de economia mais lido em língua inglesa, o capitalismo passava por seu período de maior turbulência até então. Após a primeira guerra mundial, que na visão das teorias do imperialismo ocorreu devido a expansão territorial do capital, a economia passa por um período de enorme crise, tentativas de revoluções motivadas pela revolução bolchevique de 1917, e a ascensão do nazi-fascismo na Europa (Hunt, 2013). É nesse contexto que começaram a surgir teóricos que propunham uma maior participação do estado para diminuir os efeitos da crise econômica e de certa forma um certo consenso político quanto à necessidade de uma regulamentação exógena ao sistema. Entre eles, John Maynard Keynes, que publicou a “Teoria Geral da Moeda, do Juro e do Emprego” em 1936 (Paulani, 2016).

A maioria dos economistas haviam perdido a fé no laissez-faire com o surgimento da economia keynesiana e das teorias do desenvolvimento voltadas para os países periféricos. Durante esse período, tanto no campo político quanto no campo acadêmico, os liberais e os neoclássicos estavam na defensiva. Paul Samuelson surge para conciliar a economia neoclássica com o keynesianismo enquanto nomes como Milton Friedman continuavam defendendo o livre mercado ao ponto de colocar a culpa da crise de 1929 no governo (Hunt, 2013). É nesse mesmo período que começa a surgir um movimento, que aqui será tratado como neoliberalismo, contrário ao estado de bem-estar social e a intervenção aos moldes keynesianos, que vai se consolidar a partir da década de 1970.

Diante do exposto, pode-se concluir que o liberalismo que surge no século XVIII não é o mesmo que o movimento que aparece em meados do século XX. Surge então a necessidade de criar um termo a esse conjunto de ideias que não são as mesmas que já foram outrora e a essa nova doutrina atribui-se comumente o nome de neoliberalismo. A questão que surge é como classificar e diferenciar as suas diversas vertentes: o marginalismo, novo paradigma da

ciência econômica que apesar de se propor a ser uma ciência isenta de valores possui implicações sociais claras; uma doutrina filosófica que reduz a ética e a moral a questões econômicas; e um movimento político conservador voltado à defesa da manutenção dos privilégios da burguesia.

Rech e Balanco (2024) consideram todas essas vertentes como uma “tríade correlata à ideologia difusora da tese do capitalismo” e neoliberalismo apenas a sua vertente política. Já a estrutura filosófica, na linha do debate italiano iniciado por Benedetto Croce, será, pelos autores, nomeada de liberismo, justamente para diferenciar uma doutrina filosófica que visava a emancipação humana (o liberalismo), da doutrina filosófica que visa apenas a emancipação do capital (o liberismo).

O historiador Philip Mirowski, que possui um extenso trabalho voltado para esse tema, defende que uma das melhores definições de neoliberalismo é oferecida pelo economista político Will Davies. Nessa definição o neoliberalismo é uma doutrina política que depende de um Estado forte para buscar o desencantamento da política por meio da economia, enfatiza a importância da liberdade individual, da livre iniciativa e da redução do papel do Estado na economia. O neoliberalismo defende a privatização de empresas estatais, a desregulamentação dos mercados e a redução dos gastos públicos (Mirowski, 2018). Mirowski critica a visão do teórico David Harvey, que em 2020 sintetizou a visão que apresentou no livro “A Brief History of Neoliberalism”:

Neoliberalism, for me, was always defined as a class project, a project to accumulate more wealth and power within a small elite class. (...) There was also an attempt to come up with a theoretical justification. I do not think, for example, that the capitalists who got together in the 1970s thought about this particularly, but they found at hand an economic doctrine that would be called monetarism or supply-side economics, which was a neat way of saying, “Well, we need to change the dynamic. We need to get the state out of interventions in the economy. We need to create freer markets. We need to get rid of the power of the trades unions, in particular” (Harvey, 2020, p14-15).

A definição de Harvey sobre o neoliberalismo não é tão distante da tríade difusora da tese capitalista apresentada por Rech e Balanco (2024), e corrobora com a visão de Nunes (2007) em que o avanço do utilitarismo justifica a lógica de manutenção dos privilégios da burguesia no sistema capitalista. Entretanto, a visão de Harvey torna a definição de neoliberalismo muito abrangente. Na crítica de Mirowski (2018), ele comenta dois supostos erros cometidos

pelo autor: o primeiro é confundir neoliberalismo e economia neoclássica, enquanto o segundo consiste no fato de que o neoliberalismo é avesso ao cientificismo proposto pela escola neoclássica.

Neste trabalho, com o objetivo de tornar o termo o mais claro possível, a definição de neoliberalismo utilizada será a apresentada por Mirowski (2018), Rech e Balanco (2024). O neoliberalismo, então, é um movimento político conservador que surge na década de 1930 em resposta à crise do *laissez-faire* e que apresenta uma defesa dogmática do livre mercado, da propriedade privada e da mínima intervenção do estado (reducionismo do liberalismo clássico). Esse movimento se apoiou na retomada da economia neoclássica no campo acadêmico a partir da década de 1950 e a crise causada pelo fim do acordo firmado em Bretton Woods para consolidar suas ideias em uma base popular, chegando, por fim, ao poder.

A seguir será apresentado as origens do neoliberalismo na Europa e nos Estados Unidos e como os Estados Unidos exportaram a ideologia neoliberal para o Chile através da Escola de Chicago.

2.1 ORIGENS DO NEOLIBERALISMO NA EUROPA

A primeira metade do século XX foi marcada por grandes transformações econômicas, políticas e sociais no mundo, mas também por graves crises e conflitos que afetaram o sistema capitalista. A Primeira Guerra Mundial teve um papel crucial ao alterar as dinâmicas econômicas, políticas e sociais em escala global. O conflito não apenas alterou a ordem econômica mundial existente, mas também teve efeitos profundos na estrutura de poder entre as nações (Hobsbawm, 1995).

Muito antes desse período alguns economistas liberais, visando conter a crise do liberalismo clássico, já adotavam posições reformistas. Na década de 1830, John Stuart Mill e Alexis de Tocqueville realizaram um debate questionador em relação à crença na “harmonia natural dos interesses e no livre desabrochar das ações e das faculdades individuais”. Em 1869, através de um texto publicado postumamente, Mill critica o ideal socialista do controle total da economia, mas também argumenta que as leis de propriedade devem depender de considerações de natureza pública. Mill também sugere que a noção de propriedade privada

não é absoluta e imutável, mas pode ser sujeita a variações com base em considerações de interesse público (Dardot; Laval, 2016).

Esse movimento em favor da reforma do liberalismo frente às mudanças sociais da época não foi unânime. Dardot e Laval (2016) afirmam que o spencerismo foi um dos primeiros movimentos reacionários aos liberais reformadores, como era o próprio John Stuart Mill. Herbert Spencer era um darwinista social que através de uma “lei de evolução” adotou uma posição dogmática em relação a qualquer forma de intervenção estatal. Será visto adiante como essa posição foi importante para os desdobramentos do liberalismo.

A crise econômica causada pela primeira guerra mundial causou uma reconfiguração do sistema internacional e da dinâmica de poder entre países. Os Estados Unidos saíram da guerra como grande potência industrial credora dos países europeus devastados pela guerra, a vitória dos bolcheviques em 1917 desafiava o sistema capitalista, e os países derrotados, como a Alemanha, entraram em graves crises econômicas.

O período imediato após a primeira guerra, segundo Hobsbawm (1995), proporcionou um relativo crescimento econômico. O mundo já havia passado por algumas crises econômicas ao ponto de empresários e economistas à época já adotarem uma posição conformista com a crise causada pela guerra, que seria inerente aos ciclos do capitalismo. Essa concepção já havia sido teorizada por Karl Marx, e seria discutida por outros economistas como Joseph Schumpeter e Nicolai Kondratiev.

Nos Estados Unidos o desemprego médio entre 1924 e 1929 foi de 4%, enquanto na Europa a taxa de desemprego nos países mais afetados pela guerra ficou em torno de 10% a 20%. Entretanto, o fluxo de capitais dos Estados Unidos para a Europa permitiu um respiro a essas economias, e uma margem para sair da crise (Hunt, 2013). Com a quebra da bolsa de Nova York em 1929, a situação do sistema capitalista tornou-se catastrófica. A economia dos Estados Unidos entrou em declínio acentuado. O desemprego atingiu níveis alarmantes, chegando a 24% em 1933. Milhões de americanos perderam seus empregos, e muitos foram forçados à pobreza devido à falta de oportunidades de trabalho. A Alemanha, que já estava em dificuldade devido às pesadas reparações impostas pelo Tratado de Versalhes após a Primeira Guerra Mundial, viu o desemprego atingir cerca de 43% em 1932 (Hunt, 2013).

A nova crise causou uma série de revoltas populares em todo o mundo e marcou a morte do “velho” liberalismo. Nesse contexto de descrença no *laissez-faire* havia três opções que competiam pela hegemonia política: o comunismo marxista, a social-democracia e o fascismo (Hobsbawm, 1995). A maioria dos economistas e políticos eram favoráveis a intervenção econômica, isso favoreceu o sucesso de John Maynard Keynes, que criticava o liberalismo econômico e propunha a intervenção do Estado na economia para garantir o pleno emprego, a estabilidade dos preços e o crescimento econômico. As ideias de Keynes se tornaram fundamentais para a construção do chamado novo liberalismo, vertente política, e do keynesianismo, vertente econômica. O objetivo de Keynes não era rejeitar o liberalismo econômico como todo, e sim questionar a posição dogmática em favor do *laissez-faire* (Dardot; Laval, 2016).

Durante esse período que teve como ápice a segunda guerra mundial, havia um certo consenso quanto a necessidade de intervenção para corrigir as imperfeições do mercado e garantir um mínimo de bem-estar para a população. É nesse contexto que começam a surgir as primeiras manifestações em favor do neoliberalismo.

Em Mirowski (2007), Dardot e Laval (2016) o colóquio Walter Lippmann realizado na França aparece como um dos “momentos fundadores” do neoliberalismo. Realizado em Paris em 1938 e organizado pelo filósofo Louis Rougier, representa um marco significativo na tentativa de promover o liberalismo no contexto da época. Louis Rougier era professor na Universidade de Besançon e possuía uma posição marginal na academia devido à sua oposição ao Bergsonismo e ao racionalismo. Além de sua atividade acadêmica, Rougier também era um ativista político, alinhando-se com políticos de centro-direita que eram avessos ao radicalismo, ao comunismo, ao monarquismo e ao fascismo. Seu objetivo era construir uma plataforma internacional em favor do liberalismo (Mirowski, 2007).

O congresso teve como objetivo declarado divulgar a tradução francesa da obra "The Good Society" de Walter Lippmann. Este livro, escrito por Lippmann, uma figura importante para pensamento liberal, apresenta princípios e ideias semelhantes aos ideais dos participantes do Colóquio.

Em seu livro, que foi o motivo da criação do colóquio, um dos tópicos abordados é a queda do liberalismo. Lippmann concorda com a tese de que o liberalismo havia sido revolucionário no

contexto da ascensão da burguesia como nova classe dominante, entretanto declara que era contrário a tese de que a partir do momento em que se torna dominante, a defesa do liberalismo torna-se um movimento conservador. Lippman investiga os motivos pelos quais o liberalismo estava perdendo suas forças desde a primeira metade do século XIX e afirma que esse pensamento havia se tornado uma doutrina dogmática baseada em tratados metafísicos que discutiam o livre mercado em termos de política pública (Lippmann, 1937).

Como exemplos, usa o caso de Herbert Spencer, que em 1848 era contrário à criação de serviços públicos de saúde, pois segundo ele seria uma “violação direta das leis morais”. Lippmann usa também um exemplo de um caso em que um trabalhador não recebeu apoio do estado ao sofrer um acidente no local de trabalho em que não teve culpa. Sobre esse caso ele afirma:

After that, it became the law that the master was not liable for an injury to a workingman when the injury was due to the negligence of his fellow workingman. So after 1837 the state would not help the injured worker to recover damages from the employer. This was pleasant for the employer. But for the employee it was not so pleasant (Lippmann, 1937, p.188).

A partir desse trecho, é interessante notar que apesar de se mostrar contrário à tese de que a defesa do liberalismo consistia em um movimento conservador da burguesia, ele parecia ter plena consciência do conflito de interesses entre classes sociais e de como a defesa do laissez-faire no campo das leis favorecia a elite inglesa do século XIX. Essa ausência do conflito de classes na discussão sobre a intervenção do estado é uma característica que iria se repetir em autores liberais posteriores em função do individualismo metodológico.

Para além da crítica ao liberalismo de sua época, em *The Good Society*, Lippman analisa a teoria e a prática do movimento coletivista, tanto em suas formas fascistas e comunistas quanto em suas formas democráticas graduais. O autor argumenta que uma sociedade planejada e dirigida é impossível, ilógica e desumana, e que leva à guerra, à pobreza e à tirania. Ele propõe a reconstrução da doutrina liberal, que foi interrompida e corrompida no século XIX mantendo a premissa de que o liberalismo afirma a inviolabilidade do homem como a base da boa sociedade. Defende que o homem tem uma essência criativa que deve ser livre de interferências arbitrárias e critica as ideologias que degradam e negam a humanidade do homem e que justificam a opressão e a violência (Lippmann, 1937).

A lista de convidados do colóquio refletia a orientação ideológica do evento. Com personalidades notáveis da época como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, o colóquio tinha como objetivo, segundo o próprio Rougier, “liderar uma cruzada internacional em favor de um liberalismo construtivo” (Mirowski, 2007). Nesse evento ficou claro a discordância entre dois grupos que apresentavam visões diferentes acerca do liberalismo. De um lado, a corrente que ficaria conhecida como ordoliberalismo, defendida por Wilhelm Ropke e Alexander Rustow, do outro a corrente que pode ser chamada de neoliberalismo conservador, defendida pelos economistas austríacos.

O teor dos debates realizados no colóquio deixou os participantes mais conservadores constrangidos de certa forma. A criação do colóquio em homenagem a Lippman partia da ideia de que o liberalismo clássico era o principal responsável pela crise do período, ideia essa contrária às opiniões de Mises e Hayek que acreditavam que a intervenção estatal era responsável pela crise, incluindo a quebra da bolsa de Nova York em 1929. Entre os tópicos debatidos, iam de encontro ao liberalismo clássico o questionamento da liberdade como um fim em si mesmo, a dúvida se o liberalismo era uma aplicação rigorosa de leis econômicas ou apenas ideologia, e a defesa de um liberalismo que tomasse partido em questões sociais (Mirowski, 2007). O ponto chave desse novo desdobramento da corrente liberal foi o entendimento que a ordem de mercado é uma ordem construída e que a lei está presente em todos os domínios da sociedade. Logo, a crítica desses liberais ao liberalismo clássico fundamenta-se na ilusão naturalista e no não reconhecimento do trabalho da criação jurídica (Dardot; Laval, 2016).

Mas os liberais viram essas leis como criações naturais, uma imagem exata da realidade, e aquilo que escapava ao modelo simplificado e depurado era tido por eles apenas como imperfeições ou aberrações. A conjunção dessa interpretação epistemológica equivocada com essa ilusão naturalista explica a força duradoura do dogmatismo liberal até o início do século XIX (Dardot; Laval, 2016, p. 81).

A diferença de pensamento entre os participantes era tamanha ao ponto de Alexander Rustow ter confessado a Wilhelm Ropke que o lugar de liberais como Hayek e Mises era em um museu, em formol (Mirowski, 2007). Observa-se então, já nesse colóquio, o surgimento das vertentes ordoliberal e conservadora. A corrente representada por Louis Rougier e pelos ordoliberais alemães rompe com a fobia do estado apresentada na visão de Herbert Spencer. A

questão que ficou a ser respondida é, já que o Estado é fundamental para a livre concorrência, o quanto ele deveria intervir.

As ideias apresentadas por Lippmann e Rougier flertam com uma tecnocracia antidemocrática. A centralidade da elite competente na governança é uma característica marcante em suas visões, em que um estado forte só poderia ser eficazmente liderado por uma elite com conhecimentos superiores. Eles veem na mentalidade impaciente das massas um obstáculo para uma gestão eficaz dos assuntos públicos (Dardot; Laval, 2016).

A crítica à democracia era um ponto recorrente em suas reflexões. Consideram a influência direta das massas, por meio da opinião pública e do sufrágio universal, como uma fraqueza das democracias. A sugestão de limitar o poder do povo à nomeação dos governantes, numa abordagem "jeffersoniana", reflete a desconfiança nas decisões tomadas pela maioria. Nessa formação, o Estado assume uma função reguladora e de garantia da ordem econômica, intervindo de maneira limitada, mas crucial, para assegurar um ambiente propício ao livre mercado (Dardot; Laval, 2016).

As ideias defendidas por Lippmann e Rougier no colóquio foram mais bem aceitas pelos alemães da corrente ordoliberal. Segundo Ptak (2007), os ordoliberais gostavam de se autointitular como defensores do individualismo, entretanto a presença de aspectos patriarcais e conservadores da doutrina alemã os colocaram numa posição de conflito com os neoliberais conservadores por um período.

Uma peculiaridade do ordoliberalismo é o seu empenho na solução da "questão social". Os ordoliberais foram bem-sucedidos ao ultrapassar os limites tradicionais da economia, reconhecendo que o mercado, se deixado completamente livre, poderia levar a problemas sociais. Para Ptak (2007), eles merecem créditos por reconhecerem o potencial destrutivo da economia de mercado e por buscarem soluções que ultrapassem o âmbito econômico.

Ropke e Rustow identificaram uma crise moral e espiritual que contribuía para a degeneração e desintegração da sociedade. Além disso, reconheceram crises no desenvolvimento das sociedades de massas, relacionadas ao chamado gigantismo do estado e à burocracia. Entretanto, cabe destacar que, apesar de apresentarem uma crítica humanista do pensamento econômico clássico, as críticas de alguns ordoliberais, como Ropke e Rustow, eram

direcionadas principalmente contra políticas redistributivas e ajustes salariais. Rustow, por exemplo, enxergava a *Vitalpolitik* não como uma demanda por melhorias salariais ou condições de trabalho, mas como uma política destinada a impactar o bem-estar social e o contentamento individual. Isso mostra que, apesar da preocupação em resolver a “questão social”, os ordoliberais buscavam soluções diferentes das propostas de teóricos mais intervencionistas (Mirowski, 2007).

O ordoliberalismo alemão, embora tenha desempenhado um papel crucial na criação do conceito de economia social de mercado, revela um forte elemento autoritário em sua abordagem, manifestado através do ceticismo em relação à democracia, assim como Lippmann e Rougier.

A contribuição do ordoliberalismo para a economia social de mercado foi fundamental para a reconstrução da Alemanha no pós-guerra. Esta abordagem representou uma estratégia eficaz para vender uma ordem social voltada para o mercado, buscando angariar a confiança da população em um momento crucial da história. No entanto, ao longo do tempo, o termo "economia social de mercado" tornou-se problemático, sendo disputado com os sindicatos e o Partido Social Democrata.

Essa variação do neoliberalismo eventualmente convergiu com outras vertentes do neoliberalismo, passando a compartilhar certas características e princípios com outras formas de neoliberalismo ao longo do tempo. O próprio Hayek, após certo tempo, afirmou ter compreendido a necessidade da economia social de mercado, tendo em vista o desafio político que era a sua implementação na Alemanha pós-guerra.

A corrente conservadora do neoliberalismo proposta pelos economistas austríacos não obteve muito sucesso na Europa durante esse período devido ao contexto político dessa época. Entretanto, a Inglaterra foi o país onde essa vertente do neoliberalismo encontrou mais espaço para se desenvolver no pós-guerra. A obra "Road to Serfdom", escrita por Friedrich Hayek, professor da London School of Economics nesse período, assume uma importância central e simbólica no contexto do neoliberalismo britânico (Mirowski, 2007).

Segundo o historiador econômico (2009) o livro de Hayek não era uma análise econômica, mas sim um panfleto político, fato atestado pelo próprio Hayek no prefácio da edição inglesa

de 1944 (Hayek, 2010). Hayek adota uma postura conservadora ao criticar a modernidade, expressando medo em relação aos impactos do planejamento econômico centralizado na vida econômica. A obra se posiciona contra as visões de pensadores como Otto Neurath, Emil Lederer e Walter Rathenau, argumentando que a regulação das questões sociais por meio do planejamento centralizado não seria praticável nem eficiente. Essa crítica seguia a linha dos trabalhos de Ludwig von Mises na década de 1920 (Mirowski, 2007).

Em um período conturbado após o surgimento de ideologias como o nazismo na Alemanha, Hayek apelava para um tipo de pânico moral, argumentando que o liberalismo clássico, que desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento britânico do século XIX, estava ameaçado pela ascensão de "ideias estatistas alemãs".

Nos sessenta anos seguintes a Alemanha converteu-se no centro de onde ideias destinadas a governar o mundo no século XX se propaga para leste e oeste. (...) Mas em breve essa influência serviria para difundir, a partir da Alemanha, ideias que visavam abalar os alicerces dessa civilização (ocidental) (Hayek, 2010, p. 59).

Esse medo é posto também em seus saltos lógicos ancorando-se no conceito de totalitarismo. Hayek reafirma a posição do jornalista inglês F.A Voigt que “o marxismo levou ao fascismo e ao nacional-socialismo porque, em essência, marxismo é fascismo e nacional-socialismo” (Hayek, 2010). Ele afirma que qualquer tipo de “coletivismo” leva a alguma forma de totalitarismo, mas falha em explicar qual seria a intervenção mínima necessária para manter o funcionamento do mercado, para que, segundo ele, as atividades dos indivíduos possam “ajustar-se umas às outras sem a necessidade de um controle social consciente” (Hayek, 2010).

Para Tribe (2009), ao criticar as "ideias estrangeiras" que ele via como ameaças ao liberalismo clássico no "Road to Serfdom", Hayek falhou em considerar o desenvolvimento da política e as mudanças na natureza do capitalismo entre o século 19 e o século 20. Os Estados democráticos já estavam assumindo uma responsabilidade crescente pelo bem-estar dos cidadãos, independentemente da influência das ideias alemãs. Isso incluía a implementação de políticas sociais e econômicas destinadas a mitigar as desigualdades e fornecer uma rede de segurança para os indivíduos.

No final do século 19, o liberalismo britânico já estava associado a posições mais progressistas, como a luta pela independência da Irlanda e a presença de representantes dos trabalhadores no parlamento como "*Liberal MPs*". Essa visão começa mudar no início do século XX com o movimento em favor de uma "*new economics*". O economista Edwin Cannan escreve um protesto sobre a condução do governo inglês durante a primeira guerra afirmando que "a civilização moderna, praticamente toda a civilização, é baseada nos princípios de fazer as coisas mais prazerosas para aqueles que apreciam o mercado e menos prazerosas para aqueles que falham em fazê-lo.", e que apesar dos defeitos que tenha esse princípio é melhor que nada (Mirowski, 2007). Cannan exerceu influência sobre diversos alunos, entre os mais notáveis estava Lionel Robbins, que por sua vez foi bastante influenciado por Friedrich Hayek.

Robbins havia se tornado uma figura dominante na London School of Economics, que neste período era um centro importante para a divulgação das ideias neoliberais. Robbins visitou o *privatseminar* de Mises nos anos 20 e trouxe Hayek para Londres como professor assistente. Os trabalhos dos austríacos influenciam Robbins principalmente em sua explicação sobre a crise de 1929, que seria feita 10 anos antes da publicação de "Road to Serfdom". (Mirowski, 2007)

Para Robbins, ao tentar explicar a depressão de 1929 os economistas cometiam alguns erros comuns. Ele argumenta que a deflação que ocorreu não foi a causa, mas o efeito da depressão. Assim como a superprodução e a escassez de ouro não eram fatores relevantes para explicar a crise. Uma das principais causas, segundo ele, foi a expansão artificial do crédito, que estimulou um aumento insustentável da produção e do investimento em certas indústrias. Essa expansão criou uma estrutura de produção desequilibrada, que não correspondia às preferências reais dos consumidores. Quando o crédito diminuiu, essas indústrias entraram em colapso, levando a uma queda da atividade econômica (Robbins, 1934).

Logo, a solução para o problema estava na liberdade dos mercados e da não intervenção do estado. Ele criticava as políticas de estímulo à demanda e de seguridade social por agravarem as flutuações e reduzirem os incentivos ao trabalho e à poupança. Robbins, assim como Hayek, apelava para o medo de que políticas intervencionistas levassem ao autoritarismo. Sobre a tendência crescente ao controle de preços agrícolas em todo o mundo durante a depressão, ele afirma:

Such policies, as we have seen, have a cumulative tendency. They lead to an order of society which is likely to be less stable, less free, less productive, than our own. They lead, too, to an intensification of nationalism and to an enhancement of the causes which lead to civil strife (Robbins, 1934, p.198).

Além de Lionel Robbins, nomes como Arnold Plant, John Jewkes e Peter Bauer são extremamente importantes para compreender o movimento neoliberal inglês. Bauer, por exemplo, tornou-se um dos líderes da Mont Pelerin Society após ficar conhecido ao criticar ajudas internacionais em uma série de artigos e livros entre os anos 60 e 80. Em 1982 foi premiado por Margaret Thatcher e em 2002 ganhou o “Milton Friedman Prize for Advancing Liberty” por um *think tank* neoliberal (Mirowski, 2007).

O neoliberalismo britânico começou fora da academia e, eventualmente, tornou-se uma força dominante que moldou as políticas econômicas em muitos países ocidentais nas décadas seguintes. Segundo Tribe (2009) "a reputação internacional de Bauer era a de um propagandista do liberalismo econômico, não a de um economista eminente; foi por isso que ele se tornou o economista favorito de Margaret Thatcher." Isso ajuda a compreender as características do movimento que ganhou força a partir dos anos 50 e chegou ao poder no final da década de 70, com Thatcher.

Observa-se também como a obra de Hayek foi representativa e muito influente para o neoliberalismo inglês. Não é à toa que Hayek é considerado por muitos como o nome mais influente da tradição neoliberal em todo o mundo. Na próxima seção será demonstrado como Hayek também desempenhou um papel fundamental na tradição neoliberal da Escola de Chicago e, conseqüentemente, na política econômica do regime de Pinochet no Chile.

2.2 MILTON FRIEDMAN E A ESCOLA DE CHICAGO

Em Rech e Balanco (2024) a escola de Chicago é definida como um “desdobramento do marginalismo, introduzindo a redução da ética e da moral à mensuração monetária, assim como a delimitação do bem-estar ao excedente do consumidor”. Existem discordâncias na bibliografia quanto a relevância de certos economistas para a criação e a disseminação das ideias da escola de Chicago, entretanto é praticamente um consenso que Friedrich Hayek e

Henry Simons tiveram um papel fundamental na criação da escola e Milton Friedman na disseminação de suas ideias. De acordo com Naomi Klein (2007):

como todas as formas de fé fundamentalista, a Escola de Economia de Chicago representa, para seus seguidores, um circuito fechado. A premissa fundamental é a de que o livre mercado é um sistema científico perfeito, no qual os indivíduos, agindo em função de seus próprios interesses e desejos, criam o máximo benefício para todos. Se alguma coisa dá errado em uma economia de livre mercado - inflação alta ou desemprego crescente - é porque o mercado não está verdadeiramente livre. Deve haver algum tipo de interferência, alguma distorção no sistema. A solução de Chicago é sempre a mesma: uma aplicação ainda mais completa e rigorosa de seus fundamentos.

Hayek e Simons mantinham uma amizade desde 1934, quando Simons publicou o seu programa em favor do *laissez-faire*. Com o financiamento do fundo Volker, comandado por Harold Luhnow, um conservador americano contrário a política do New Deal, os dois juntos a outros economistas constituíram a escola que viria a propagar o pensamento neoliberal nos Estados Unidos. Para o fim de sintetizar o pensamento da escola de Chicago a seguir serão expostas as ideias de Milton Friedman, dado o seu papel proeminente no desenvolvimento e na disseminação de ideias que se tornaram características dessa escola econômica.

É importante destacar que Friedman não se identificava com os neoliberais conservadores no que diz respeito ao método da economia. A partir do surgimento dos institucionalistas e dos keynesianos e seu sucesso em termos de política econômica, Lionel Robbins junto aos principais economistas de tradição austríaca decidiram retomar a tradição metodológica de Nassau Sênior e Mill. Os austríacos, a exemplo de Mises e Hayek, foram ainda mais radicais quanto ao apriorismo presente na escola clássica. Para Mises os postulados da economia clássica “não são abertos a nenhuma verificação ou falsificação com base na experiência” (Blaug, 1999). Além disso, apesar de manter sua amizade com Simons, Hayek não conseguiu a posição desejada como professor no departamento de economia da universidade e acabou sendo nomeado professor no departamento de direito (Mirowski, 2007).

Em resumo, os neoliberais conservadores eram avessos ao empirismo e completamente radicais quanto ao individualismo metodológico e isso os diferenciavam de Friedman. Entretanto em questões de política econômica eles possuíam uma visão semelhante.

Krugman (2007) delinea as múltiplas facetas de Milton Friedman da seguinte forma:

There was Friedman the economist's economist, who wrote technical, more or less apolitical analyses of consumer behavior and inflation. There was Friedman the policy entrepreneur, who spent decades campaigning on behalf of the policy known as monetarism—finally seeing the Federal Reserve and the Bank of England adopt his doctrine at the end of the 1970s, only to abandon it as unworkable a few years later. Finally, there was Friedman the ideologue, the great popularizer of free-market doctrine.

A maior contribuição de Friedman, segundo Krugman (2007), foi a sua visão sobre a correlação entre inflação e desemprego em 1967. Ele pôs em questão a crença de que os governos deveriam escolher entre inflação e desemprego, argumentando que esse trade off só ocorreria no curto prazo. Essencialmente, Friedman sustentava que as pessoas são racionais e formam suas expectativas com base em informações disponíveis, incluindo as taxas de inflação passadas e presentes. Quando a inflação persiste, os trabalhadores, por exemplo, ajustam suas expectativas salariais para compensar a diminuição do poder de compra de seus salários. Como resultado, qualquer benefício de curto prazo da inflação para o emprego é anulado, e a economia pode experimentar um aumento no desemprego se a inflação não atender às expectativas dos trabalhadores.

Nos anos 1970, dado o contexto econômico, as previsões de Friedman se concretizaram, o que fez ele se tornar muito influente nesse período, chegando a ganhar o prêmio de economia em memória de Alfred Nobel em 1976. Do ponto de vista político, Friedman ficou ainda mais conhecido pela sua defesa do monetarismo e é nesse aspecto que Krugman (2007) aponta para a sua desonestidade intelectual.

Em 1963, Friedman escreveu junto com Anna Schwartz “A Monetary History of the United States”. O ponto mais controverso deste livro é que os autores tinham a pretensão de refutar a explicação de Keynes sobre a depressão de 1929. Inicialmente os autores explicaram que a depressão poderia ser evitada se o banco central americano tivesse agido, entretanto posteriormente o argumento de Friedman e de outros economistas passariam a colocar o FED como causador da crise e assumir uma postura política antigoverno (Krugman, 2007).

Em uma discussão sobre o keynesianismo e o monetarismo, Mark Blaug (1999) aponta para as inconsistências metodológicas da teoria proposta por Friedman. Ele destaca que, mesmo sete anos após a concepção inicial do monetarismo, Friedman ainda não havia fornecido uma

teoria clara e explícita que pudesse fundamentar empiricamente as premissas dessa abordagem econômica.

A “segunda fase” do monetarismo foi inaugurada com a publicação da obra de Friedman, "Theoretical Framework for Monetary Analysis", em 1970. No entanto, a abordagem adotada por Friedman nessa fase gerou controvérsias entre os próprios monetaristas. Alguns, como Brunner e Meltzer, questionaram a estrutura apresentada por Friedman, surpreendendo-se pelo fato de ele ter escolhido basear sua argumentação no modelo IS-LM de análise de equilíbrio estático comparativo. Essa escolha foi criticada por não considerar questões fundamentais para os monetaristas, como o timing e a velocidade de ajuste de preços e quantidades, que, segundo eles, são cruciais para diferenciar as abordagens keynesiana e monetarista. Argumentavam que o modelo IS-LM não era adequado para discutir essas questões (Blaug, 1999).

O argumento de Friedman ao adotar o modelo IS-LM era demonstrar uma base comum entre keynesianos e monetaristas, com as diferenças centradas na dinâmica de ajuste entre a quantidade de dinheiro desejada pelo público e a quantidade disponível. No entanto, ele não conseguiu explicar como as decisões de preços e quantidades são tomadas na prática, deixando lacunas na compreensão do mecanismo de transmissão monetária. A falta de um método de teste para essa dinâmica levou a acusações de que os monetaristas mantinham uma "teoria da caixa preta", sem uma teoria clara sobre o mecanismo de transmissão (Blaug, 1999).

O monetarismo nunca teve sucesso em esclarecer o mecanismo causal que produzia seus resultados empíricos, chegando algumas vezes a negar que tais resultados exigissem interpretação à luz de uma teoria causal que os apoiasse, e não conseguiu refutar senão uma caricatura da teoria keynesiana a que se opunha (Blaug, 1999).

Na década de 1970, a atuação política de Friedman consistiu em demonizar o governo e advogar pela neutralidade da política monetária, independentemente das circunstâncias. O monetarismo foi adotado tanto pelos Estados Unidos quanto pela Inglaterra no final dessa década. Contudo, nos Estados Unidos, essa abordagem política perdurou apenas por três anos, pois falhou em estabilizar o desemprego. Além disso, a tese de Friedman acerca da ineficácia governamental foi questionada diante das ações eficazes dos Bancos Centrais em diversas

nações. Suas previsões sobre o aumento da inflação foram refutadas, gerando dúvidas adicionais sobre o monetarismo (Krugman, 2007).

Para Blaug, a incapacidade de prever a velocidade da circulação monetária desde 1982 foi sem dúvida o principal motivo que levou ao abandono dos objetivos monetaristas de oferta de moeda do governo Thatcher durante o período de 1985-1986. A capacidade do sistema do Banco Central em controlar as medidas monetárias começou a ser cada vez mais questionada após o "experimento monetarista" de 1979-1982.

A partir de 1970 a ação política de Milton Friedman era semelhante à de Hayek. Passou a defender o livre mercado de forma mais idealizada, incorporando elementos moralistas em seus argumentos. Em um texto chamado "Why Government is the Problem", Friedman escreve:

*One major social problem is clearly the deterioration of our educational system. Next to the military, **education is the largest socialist industry in the United States.** (...)*

*Government alone has not been responsible for the **extraordinary collapse that has occurred in family values** and the resulting explosion in the number of teenage pregnancies, illegitimate births, and one-parent families. Government has, however, contributed to these social problems in major degree (Friedman, 1993).*

Outro ponto importante da ação política de Friedman é que as experiências monetaristas entre os anos 70 e 80 não influenciaram sua visão em relação a intervenção estatal, demonstrando a sua posição dogmática.

3 UMA BREVE APRESENTAÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO CHILE (1541 – 1973)

O processo de colonização do Chile pela coroa espanhola começou efetivamente com a segunda expedição liderada por Pedro de Valdivia, que assumiu o governo da capitania entre 1541 e 1553. A colônia inicialmente se concentrou no centro do que hoje é atual território chileno, aos poucos a colônia se expandiu para o norte, onde havia alguma concentração de cobre e prata, e ao sul, onde os espanhóis encontraram uma grande resistência do povo mapuche, maior grupo indígena da região (Hudson, 1994).

Inicialmente, a agricultura de subsistência foi a principal atividade econômica, servindo para sustentar a população local e os colonizadores. Com o tempo, a economia evoluiu para uma economia de criação de gado, que desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento econômico da colônia. A criação de gado tornou-se uma atividade econômica importante no Chile colonial. O gado fornecia não apenas carne e leite, mas também peles, que eram altamente valorizadas. As peles de gado eram usadas para fabricar caixas de couro que serviam para transportar barras de prata das minas de Potosí, na atual Bolívia, até o porto de Arica. De Arica, a prata era exportada para a Europa e a Ásia, integrando o Chile na rede global de comércio do império espanhol (Winn, 2010).

O Chile colonial não foi um destino particularmente atraente para colonos europeus devido à sua relativa falta de recursos valiosos. Por isso a coroa decidiu encerrar o pagamento de tributos dos proprietários de terra e manter a escravidão indígena, que era proibida em outras partes do império, até o século XVIII. No entanto, a maior parte da mão de obra nas propriedades rurais chilenas era composta por inquilinos mestiços. Esses peões residentes trocavam sua força de trabalho por moradia e uma pequena porção de terra para cultivo, mas permaneciam dependentes dos proprietários de terra. Esse sistema de inquilinato criou uma relação de dependência e subordinação, onde os inquilinos eram apadrinhados pelos senhores e enfrentavam punições severas por qualquer resistência à estrutura social estabelecida (Winn, 2010).

A aristocracia chilena começou a considerar a independência quando Napoleão invadiu a Espanha em 1807, um evento que desestabilizou o poder colonial espanhol nas Américas e abriu uma oportunidade para as colônias buscarem maior autonomia. As guerras pela

independência começaram em 1811 com a declaração de independência, porém, em 1814, as forças espanholas vindas do Peru reconquistaram o território. Somente em 1817, com a ajuda do exército argentino liderado por José de San Martín, o Chile conseguiu sua independência de fato (Winn, 2010).

Até 1822, o Chile foi governado por Bernardo O'Higgins, filho de um dos governantes do período colonial. As propostas anticlericais e de reforma do sistema fundiário de O'Higgins irritaram a aristocracia chilena, que, por meio de suas tropas, coagiu O'Higgins a renunciar. Entre 1822 e 1830, o Chile passou por diversas trocas presidenciais e disputas entre grupos políticos, culminando na vitória dos conservadores liderados por Diego Portales, um comerciante influente na política que foi responsável pela constituição de 1833 (Hudson, 1994).

Com a consolidação da constituição de Portales, o Chile tornou-se uma república aristocrática. Entre 1830 e 1861, foi governado pelos conservadores e, de 1861 até 1891, pelos liberais. A política do período foi marcada pela preeminência das elites, que mantinham um controle rígido sobre o poder e a economia. Durante a década de 1870, a economia chilena, que dependia fortemente das exportações de prata e cobre, enfrentou uma crise devido à queda dos preços desses metais. A situação econômica foi ainda mais agravada pela baixa qualidade das safras de trigo em 1876 e 1877, causando dificuldades adicionais para o país (Winn, 2010).

A solução para a crise foi, segundo Winn (2010), “provocar outra guerra contra o Peru e a Bolívia sobre a posse de seus desertos áridos no norte do Chile, cujos nitratos naturais estavam então em demanda para o uso em produtos químicos, explosivos e fertilizantes em uma Europa em processo de industrialização”. A chamada Guerra do Pacífico começou em 1879 e durou quatro anos. A posse das minas de nitrato, anteriormente pertencentes ao Peru e à Bolívia, foi um dos principais fatores que levou o Chile a uma estabilidade política e econômica entre 1884 e 1914.

Todo esse processo enriqueceu as companhias britânicas de mineração e a elite chilena, mas às custas dos trabalhadores, que trabalhavam em condições extremamente precárias. Eles eram pagos em fichas que só podiam ser trocadas nas lojas das próprias companhias para as quais trabalhavam e eram frequentemente castigados pelos patrões ingleses. Nesse contexto,

deu-se o processo de urbanização do Chile. Em 1883, foi criada a *Sociedad de Fomento Fabril*, que promoveu o desenvolvimento das manufaturas no Chile, inicialmente compostas majoritariamente por artesãos. A industrialização começou a tomar forma, embora o país ainda fosse predominantemente agrário e minerador (Winn, 2010).

Em 1891, os conservadores lideraram uma revolta no Congresso contra o presidente liberal José Balmaceda, resultando em uma guerra civil. Balmaceda defendia a limitação dos monopólios britânicos e a promoção da infraestrutura e da indústria chilena. Com a ajuda de ingleses, franceses e alemães, os conservadores conquistaram o poder, levando Balmaceda a cometer suicídio (Hudson, 1994).

No novo sistema parlamentar que durou até 1925, o Congresso chileno foi dominado pelas elites agrárias. Durante esse período, o Chile experienciou o apogeu da exportação de nitrato, destinado principalmente aos mercados europeus. O boom do nitrato trouxe grande riqueza ao país, mas também acelerou a inflação, que se tornou um problema crônico (Hudson, 1994).

Nas propriedades rurais, os latifundiários mantinham uma estrutura social baseada no inquilinato. Os inquilinos eram trabalhadores que dependiam da boa vontade dos donos das terras para ter moradia e trabalho, vivendo em uma condição de servidão velada. Nas cidades, a situação era igualmente difícil para os trabalhadores marginalizados. A rápida urbanização e a falta de infraestrutura adequada levaram ao crescimento de favelas e barracos, onde as condições de vida eram precárias. Os trabalhadores urbanos enfrentavam longas jornadas de trabalho, baixos salários e a ausência de direitos trabalhistas (Winn, 2010).

A maioria dos chilenos vivia na destituição completa e na miséria, com um dos mais elevados índices de mortalidade infantil do mundo, enquanto as elites do Chile estavam cada vez mais ricas em consequência da má remuneração dos trabalhadores chilenos. Para essa maioria, a famosa lei e ordem do Chile era mera justiça de papel, em que os tribunais tomavam dos mapuche as terras que o Estado chileno lhes havia concedido, em que as pessoas do campo que não queriam se tornar inquilinos dependentes em uma fazenda ou granja eram perseguidas - e processadas - como vagabundos (Winn, 2010).

Durante esse período, o recém-criado Partido Democrático começou a ganhar importância na política chilena, representando os interesses dos artesãos e trabalhadores urbanos. Em 1906, um dos líderes do partido, Luis Emilio Recabarren, foi impedido de tomar posse no congresso

sob a justificativa de que suas ideias não poderiam ser representadas naquele ambiente político (Winn, 2010).

No ano seguinte, em 1907, trabalhadores das minas de nitrato no norte do Chile iniciaram uma greve geral, buscando melhores condições de trabalho e salários. Os mineiros, junto com suas esposas e filhos, acabaram se refugiando na Escola Domingo Santa María. Uma semana após o início da greve, o exército, agindo sob ordens do governo, realizou um violento ataque à escola, resultando no assassinato de mais de duas mil pessoas acampadas ali (Elizondo, 1993).

Foi nesse contexto que a esquerda chilena começou a ganhar força. O Partido Democrático, inicialmente composto por membros socialistas, viu dissidentes fundarem o Partido Obrero Socialista (POS) em 1912. Em 1922, sob a liderança de Luis Emilio Recabarren, o POS foi transformado no Partido Comunista de Chile (PCCh), refletindo a crescente influência das ideias socialistas entre a classe trabalhadora chilena. Enquanto isso, Arturo Alessandri emergia como uma figura progressista frente aos perigos de uma possível revolução, conhecido como o "Leão de Tarapacá". Ele defendia a legalização dos sindicatos, regulamentação das greves e aposentadorias. Sua ascensão política foi impulsionada pelo apoio da classe trabalhadora, e ele venceu as eleições presidenciais de 1920, embora sua vitória tenha sido contestada pelos conservadores (Hudson, 1994).

No entanto, em setembro de 1924, Alessandri foi deposto por um golpe militar apoiado pelos conservadores e pela elite descontente com seu governo. Porém, uma facção do exército liderada pelos coronéis Carlos Ibáñez e Marmaduke Grove realizou um contragolpe, e em março de 1925, Alessandri retornou à presidência. Após o contragolpe, Alessandri tornou-se um presidente com poder limitado, pressionado pelos militares. Ele aprovou uma nova constituição em 1925, estabelecendo eleições diretas e legalização dos sindicatos regulados pelo governo. Em 1927, o general Ibáñez, promovido a essa altura, deportou Alessandri e assumiu a presidência até 1931, quando fugiu do país devido à crise econômica causada pela Grande Depressão de 1929. Durante seu governo, o desemprego atingiu 25% e o Chile suspendeu o pagamento de sua dívida externa. Ibáñez estabeleceu um Estado de repressão, controlando os sindicatos e perseguindo os comunistas, desagradando seu aliado de golpe, o Coronel Grove. Após a fuga de Ibáñez, o Coronel Grove liderou um golpe militar em junho de 1932, que instaurou a República Socialista do Chile por doze dias, culminando na

restauração do poder civil e o retorno de Alessandri à presidência. Apesar do fracasso de Grove, em 1933 ele fundou o Partido Socialista, com a participação de seu primo e futuro presidente do Chile, Salvador Allende (Winn, 2010).

Após a restauração do governo civil, Alessandri foi reeleito e permaneceu no cargo até 1938, desta vez adotando uma plataforma mais à direita. Ele incentivou a criação de milícias armadas para manter os militares nos quartéis e defendeu o nacionalismo econômico. Em 1938, após eleições conturbadas, Pedro Aguirre Cerda, da Frente Popular - uma união entre Comunistas, Socialistas e Radicais (partido de centro) - tornou-se presidente do Chile. No entanto, a Frente Popular acabou em 1941 devido a conflitos entre comunistas e socialistas relacionados aos eventos da Segunda Guerra Mundial, embora o Partido Radical tenha se mantido no poder, alinhando-se cada vez mais com os interesses da burguesia chilena (Hudson, 1994).

O governo de Gabriel Videla (1946-1952) marcou o início do envolvimento do Chile na Guerra Fria. Sob pressão dos Estados Unidos, o PCCh foi colocado na ilegalidade até 1958, e o Chile cortou relações diplomáticas com o bloco soviético. Salvador Allende, que havia sido ministro da saúde no governo de Aguirre Cerda, percebeu a importância de uma aliança entre socialistas e comunistas sem a influência dos radicais. Em 1952, ele se candidatou pela primeira vez à presidência, obtendo apenas 5% dos votos. Em 1958, a Frente de Ação Popular (FRAP) foi criada a partir da união entre socialistas e comunistas, com Allende como candidato à presidência. Por uma margem estreita, Allende foi derrotado por Jorge Alessandri, filho de Arturo Alessandri, com uma plataforma conservadora de promoção do setor privado (Hudson, 1994).

As eleições de 1965 marcaram um ponto de virada na história política chilena. A FRAP havia conquistado uma base com cerca de 30% do eleitorado chileno, e Jorge Alessandri, candidato à reeleição, terminou seu mandato com muita rejeição. Surgiu então a campanha presidencial dos democratas cristãos, financiada pelo governo dos Estados Unidos, para impedir a eleição de Allende. Eduardo Frei seria o candidato de centro, com o slogan da "revolução em liberdade", incutindo nos eleitores o medo de que a FRAP não respeitaria a democracia. A direita, ao longo da campanha, abriu mão da reeleição de Alessandri e passou a apoiar Frei como única alternativa possível. Assim, Eduardo Frei ganhou as eleições por uma larga margem de diferença (Winn, 2010).

A vitória da Democracia Cristã representou, inicialmente, uma derrota para a burguesia chilena. No entanto, a ala mais radical do partido pressionou o governo para cumprir as promessas de "revolução" feitas durante a campanha eleitoral. Isso se traduziu em avanços significativos na reforma agrária e na nacionalização do cobre. Ao final do governo, cerca de 51% das minas de cobre estavam sob propriedade do governo. Apesar desses avanços, a distribuição de terras nas áreas rurais ficou aquém do prometido, deixando parte da população do campo insatisfeita. O governo de Frei não conseguiu resolver problemas fundamentais como a inflação, a pobreza e o déficit habitacional, além de aumentar a dívida externa do país. Essas questões sociais e econômicas contribuíram para um crescente descontentamento popular e para o surgimento de uma oposição mais radical (Winn, 2010).

Em 1970, desertores do Partido Democrata-Cristão se uniram aos partidos Socialista, Comunista e Radical numa coligação chamada Unidade Popular (UP), mais uma vez colocando Salvador Allende como representante da esquerda nas eleições presidenciais. A UP defendia a "via chilena para o socialismo", enfatizando a necessidade de nacionalizar o cobre chileno e promover uma reforma agrária mais ampla e radical (Winn, 2010).

Para garantir esse objetivo, o governo da Unidade Popular criaria uma economia mista, com um setor público e outro de propriedade privada-pública, compreendida pelas maiores e mais estratégicas empresas - as "controladoras da economia", no discurso da época. Isso incluiria os bancos privados da nação, famosos por serem negócios sempre lucrativos, que pegavam as economias dos chilenos e as emprestavam a juros baixos para as empresas dos doze "clãs" econômicos que as controlavam. Juntamente com os projetados aumentos de salários e com os gastos sociais, esperava-se que essas nacionalizações tornassem o Chile uma sociedade mais igualitária, com padrões de vida melhorados. Uma reforma agrária profunda, dando o controle da terra aos camponeses que nela trabalhavam, mas também incorporando os pequenos fazendeiros e os trabalhadores migrantes às novas cooperativas de camponeses, resolveria o déficit alimentar do Chile e aumentaria as rendas rurais e a igualdade social (Winn, 1994).

3.1 DAS ORIGENS DO NEOLIBERALISMO CHILENO AO GOLPE DE ESTADO

Em 1956 a Universidade Católica do Chile assinou um acordo com a Universidade de Chicago, no então chamado projeto Chile. Esse acordo fazia parte do programa dos Estados Unidos chamado Four Point Program, criado pelo presidente Harry Truman. Com participação ativa de Theodore Schultz, presidente da Universidade de Chicago, o programa tinha como objetivo modernizar o currículo de economia em países subdesenvolvidos e o

Chile se apresentava como um lugar propício tendo em vista a influência da CEPAL e das ideias estruturalistas do economista argentino Raúl Prebisch (Fischer, 2007).

Nos anos 60 com a derrocada dos conservadores e a ascensão de Eduardo Frei ao poder, a Universidade Católica se tornou um antro de conservadores cristãos e intelectuais que seriam favoráveis ao golpe de Estado durante o governo Allende. Surge então o gremialismo, movimento que se opunha aos “ideais coletivistas” e tinha como principal pensador Jaime Gúzman, professor de direito da Universidade Católica (Fischer, 2007).

Alguns setores da classe média e os pequenos empresários viam no gremialismo uma resposta às suas inquietações em relação às mudanças sociais promovidas no Chile desde o governo Frei. O movimento gremialista defendia ordem e controle em um período de grande incerteza política e social, o que ressoava com os valores conservadores e religiosos desses grupos. Ao defender uma moralidade católica rígida e uma estrutura social hierárquica, o gremialismo oferecia um refúgio contra a radicalização política (Fischer, 2007).

A mobilização da União Popular, representada na figura de Salvador Allende, e a indecisão da direita entre apoiar Jorge Alessandrini e Radomiro Tomic permitiu a vitória da esquerda chilena nas eleições presidenciais de 1970.

Entre outubro e dezembro o então ministro da economia, o cepalino Pedro Vuskovic, combinava elementos do keynesianismo, com um foco significativo no aumento do gasto público para estimular a economia que estava em recessão. Além disso, ele implementou um controle de preços, enquanto optava por não controlar os salários, com o objetivo de manter a inflação sob controle. Essas medidas foram bem-sucedidas ao ponto de, até o final de dezembro, a economia mostrar sinais claros de recuperação. Esse progresso deu a Allende a confiança necessária para avançar com seus planos de transformação social e econômica do Chile (Winn, 2010).

Em 1971 Allende começou a sua via chilena para o socialismo. O programa da Unidade Popular vislumbrava mudanças estruturais principais que, em conjunto, concediam ao governo o controle dos principais setores da economia chilena (Winn, 2010).

A primeira mudança crucial era a recuperação das riquezas minerais básicas do país, com ênfase especial nas minas de cobre. Nacionalizar o cobre simbolizava recuperar um patrimônio nacional estratégico, e Allende sabia que não teria oposição dos democratas uma vez que a nacionalização das minas estava prevista no programa de governo de Tomic. Em 11 de julho de mesmo ano foi aprovada a nacionalização, uma grande vitória política para o governo chileno (Winn, 2010).

A segunda mudança proposta era a nacionalização dos bancos. Ao trazer o sistema bancário sob controle estatal, o governo visava regular o fluxo de crédito e investimentos de acordo com as prioridades nacionais. Allende usou uma empresa estatal de fomento à indústria, a CORFO, para comprar ações de bancos privados a preço de mercado e em meados de 1972 aproximadamente 90% do sistema bancário chileno era controlado pelo governo (Winn, 2010).

Na época, a terceira principal mudança estrutural promovida pela Unidade Popular na economia chilena, a reforma agrária, estava quase completa. A Unidade Popular visava uma reforma agrária profunda que acabasse com o sistema de latifúndio patrimonial, predominante na zona rural chilena desde o período colonial, e estabelecesse as bases para um socialismo rural. Esse objetivo incluía aumentar a produção agrária e melhorar os padrões de vida dos camponeses. Apesar de existir pouca chance de que o governo Allende conseguisse a aprovação de uma nova reforma agrária no Congresso, ele encontrou uma maneira de avançar. Utilizando a lei de 1967 em sua totalidade e aplicando-a com um enfoque socialista, Allende pôde contornar a necessidade de nova legislação (Winn, 2010).

Durante o primeiro ano do governo da Unidade Popular no Chile, houve um notável aumento dos salários reais, chegando a 30%. Esse incremento, aliado a uma expansão dos gastos do governo, impulsionou um impressionante crescimento do Produto Interno Bruto de 8,6% em 1971. Esse crescimento econômico não só estimulou a atividade econômica, mas também criou uma atmosfera de otimismo e prosperidade que ressoou entre os cidadãos chilenos. Entretanto, no final de 1971, o aumento acentuado do suprimento de dinheiro em circulação junto a criação de estoques ilegais de produtos para consumo básico pela burguesia resultou em um aumento da inflação. A inflação, historicamente uma questão crônica na economia chilena, começou a crescer rapidamente e continuou a aumentar ao longo de 1972, atingindo níveis ainda maiores em 1973 (Winn, 2010).

Em um texto de setembro de 1971, Eric Hobsbawm faz uma análise sobre as políticas de Allende:

No entanto, na primavera de 1971, essa política já funcionava (...). O desemprego era menor do que em dez anos e, não fossem alguns sérios problemas de planejamento que atrasaram a revitalização das indústrias de construção, teria sido ainda menor. O padrão de vida dos pobres cresceu imensamente. Até mesmo o consumo de farinha (ou seja, pão) aumentou 15%. Os críticos apontaram que, com o aumento da produção, a inflação endêmica do Chile também ganhou força. Ela costumava ficar entre 25% e 30% ao ano e, durante o último ano de Frei, chegou a 35%. Contudo, em 1971 não será mais do que metade disso. A política econômica interna tem sido até agora o sucesso mais significativo do regime de Allende (Hobsbawm, 2018).

Se a parcela da esquerda que ocupava o Estado chileno era cautelosa e legalista, movimentos revolucionários como o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), o Movimento Campesino Revolucionário (MCR) e o *Movimiento de Pobladores Revolucionarios* (MPR) exerciam uma pressão significativa sobre o governo e ajudavam a organizar a base de apoio ao governo de Salvador Allende. Os movimentos revolucionários estavam insatisfeitos com o ritmo relativamente lento das reformas implementadas pelo governo da Unidade Popular e buscavam acelerar a transformação social e econômica do país (Winn, 2010).

A radicalização dos trabalhadores do campo e das fábricas foi um processo impulsionado por esses movimentos, que organizavam e incentivavam as ocupações de terras e indústrias. No campo, essa radicalização se traduziu em um aumento significativo das ocupações de grandes latifúndios, uma medida que ia além do escopo da reforma agrária oficial (Winn, 2010).

Nas áreas urbanas, especialmente nas fábricas, os trabalhadores também começaram a tomar o controle dos meios de produção. Essas ocupações eram uma resposta à insatisfação com as condições de trabalho e salários, e uma demanda por maior participação no controle das indústrias. As fábricas ocupadas passaram a ser administradas pelos próprios trabalhadores, que buscavam implementar um modelo de autogestão (Winn, 2010).

Esse conflito social gerou um espaço aberto para o neoliberalismo, através do movimento gremialista ganhar adeptos entre a classe média e a elite chilena. Fischer (2007) explica que é difícil separar o neoliberalismo do conservadorismo cristão difusos entre o movimento.

Entretanto as personalidades que defendiam o modelo neoliberal promovido por Chicago não demonstraram nenhum receio em apoiar o golpe de 1973.

Agustín Edwards, jornalista e proprietário do El Mercurio e do La Segunda, foi apoiador do golpe e criador do think tank neoliberal Center for Social and Economic Studies (CESEC). A CESEC foi responsável pelo plano econômico do candidato Jorge Alessandrini em 1970 e pelo estudo chamado “El Ladrillo” que seria a base do plano econômico do general Pinochet. Estavam ligados à CESEC e ao “El Ladrillo” os economistas vindos da Universidade de Chicago: Manuel Cruzat, Orlando Sáenz, Emilio Sanfuentes, Pablo Baraona, Sergio de Castro, Sergio Undurraga e Ernesto Silva. Além disso outros economistas vindos de Chicago estavam diretamente ligados ao Partido Nacional e ao grupo neofascista “*Patria y Libertad*” (Fischer, 2007).

O aumento dos salários no Chile durante o governo da Unidade Popular desencadeou um conflito distributivo no país. Esse aumento, embora tenha sido positivo para os trabalhadores em termos de poder de compra, também gerou tensões com o setor empresarial e levou a medidas de retaliação por parte das organizações patronais, causando uma crise de abastecimento (Winn, 2010).

Uma das principais organizações patronais no Chile, a Sociedade de Fomento Fabril (SOFOFA), liderada pelo economista de Chicago Sergio Undurraga, desempenhou um papel central nessa crise. A SOFOFA representava os interesses dos grandes empresários e indústrias do país e se opunha fortemente às políticas econômicas da Unidade Popular, que incluíam aumentos salariais e medidas de redistribuição de renda. Diante do aumento dos salários e das políticas implementadas pelo governo de Allende, a SOFOFA e outros grupos empresariais promoveram boicotes na distribuição de alimentos e paralisações no setor de transporte (Fischer, 2007).

Também não se pode deixar de lado a participação do governo dos Estados Unidos no golpe de estado e da implementação do neoliberalismo no Chile. Para o secretário Henry Kissinger a eleição de Allende como presidente do Chile apresentava “um dos desafios mais sérios já enfrentados neste hemisfério”.

A estratégia americana de estrangulamento econômico visava agravar as dificuldades financeiras ligadas a queda do preço do cobre, com o objetivo de tornar o governo de Allende cada vez mais impopular e incapaz de governar eficazmente. Os Estados Unidos instauraram um bloqueio ao acesso de crédito e quando essa abordagem não produziu os resultados desejados, os Estados Unidos começaram a considerar outras opções (Hobsbawm, 2018)

Uma dessas opções era a possibilidade de um golpe militar. Apesar das tentativas de negar qualquer envolvimento direto, os Estados Unidos continuaram a fornecer armas e apoio financeiro às Forças Armadas chilenas, o que indicava uma disposição de explorar essa alternativa para derrubar o governo de Allende (Hobsbawm, 2018). Também é amplamente conhecido que a CIA teve ligações com o grupo neofacista *Patria y Libertad* (Whyte, 2019)

Em 1973, a política chilena encontrava-se em um estado avançado de deterioração. A oposição ao governo de Salvador Allende intensificava seus esforços para aprovar uma proposta de impeachment e pressionava Allende a renunciar. O apoio à chamada "via chilena" havia diminuído significativamente desde 1971, com muitos da classe média que antes estavam dispostos a apoiá-la agora se alinhando com a extrema direita (Winn, 2010; Fischer, 2007).

As ruas de Santiago tornaram-se cada vez mais contestadas, com presença frequente dos gremialistas e do movimento *Patria y Libertad*. Enquanto isso, as elites chilenas, em colaboração com militares ligados à *Cofradía Náutica del Pacífico Austral*, já estavam tramando um golpe para derrubar o governo de Allende (Fischer, 2007). Esses setores da sociedade chilena viam o governo de Allende como uma ameaça aos seus interesses econômicos e à ordem social estabelecida, e estavam determinados a restaurar o controle político tradicional por meio de meios não democráticos (Winn, 2010).

Esses acontecimentos culminaram no golpe militar de 11 de setembro de 1973, liderado pelo general Augusto Pinochet, que resultou na derrubada violenta do governo de Allende e no início de uma ditadura militar brutal que duraria por muitos anos. A seguir será mostrado como se deu às políticas neoliberais no governo Pinochet e suas implicações para a sociedade chilena.

4 A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO NEOLIBERAL

No início do regime Pinochet, devido a conflitos ideológicos entre a marinha e a força aérea chilena, os economistas ligados à escola de Chicago e ao movimento gremialista tiveram que esperar para ter o controle total da economia do Chile. O comandante da força aérea Gustavo Leigh era a oposição interna a Pinochet dentro das forças armadas e apresentava uma visão keynesiana da economia (Fischer, 2007).

Isso não impediu, entretanto, que o governo revertesse grande parte das políticas econômicas realizadas por Salvador Allende. Entre as principais estão a devolução das empresas nacionalizadas aos antigos donos, a compensação das multinacionais americanas que foram afetadas pelas políticas de expropriação e o fim do controle de preços e da taxa de juros (Fischer, 2007).

Dois anos depois, a inflação continuava em um patamar alto e a balança comercial em déficit, dada a queda do preço do cobre em 1974. O país estava em recessão com o desemprego atingindo níveis recordes e os preços de produtos básicos estavam em ascensão. Essa foi a justificativa para o choque neoliberal que estava por se iniciar (Fischer, 2007).

Friedrich Hayek e Milton Friedman, os maiores divulgadores do neoliberalismo à época, além de favoráveis ao regime, tornaram-se conselheiros do general Pinochet. Para Friedman a solução para os problemas econômicos do Chile era simples: acabar com a inflação através da redução dos gastos públicos e promover a economia de mercado.

Em carta a Pinochet e Friedman (1974) escrevem:

Se este enfoque de choque fosse adotado, acredito que deveria ser anunciado pública e detalhadamente e, além disso, entrar em vigor em uma data muito próxima a esse anúncio. Quanto mais informado o público estiver, mais suas reações contribuirão para o ajuste. A seguir, proponho um exemplo das medidas que deveriam ser tomadas: (...)

Um compromisso do governo de reduzir seus gastos em 25% dentro de seis meses; essa redução deveria assumir a forma de uma diminuição transversal do orçamento de cada repartição em 25%, com os relativos ao pessoal a serem implementados o mais rápido possível. No entanto, as reduções de gastos deveriam ser escalonadas com base em um período de seis meses para permitir o pagamento de generosas indenizações (Friedman, 1974).

Enquanto Friedman trazia a solução para o problema econômico, Hayek trazia a solução para o problema moral. Como defender um regime autoritário, que chegou ao poder através de um golpe militar e que estava assassinando os seus opositores?

Como foi visto anteriormente, Hayek havia escrito que qualquer forma de intervenção estatal na economia leva ao totalitarismo, que por sua vez é socialismo (Hayek, 2010). Entretanto Hayek não considerava o governo Pinochet totalitário e sim autoritário, visto que o governo não buscou intervir na “liberdade econômica”. Segundo ele:

Don't confuse totalitarianism with authoritarianism. I don't know of any totalitarian governments in Latin America. The only one was Chile under Allende. Chile is now a great success. The world shall come to regard the recovery of Chile as one of the great economic miracles of our time (Klein, 2007).

Não só a única liberdade que importa é a econômica, como não houve nenhuma restrição aos crimes cometidos por Pinochet contra opositores. Hayek fazia questão de defender o governo Pinochet em diversos países, mandava cartas para revistas e jornais criticando o suposto “viés anti-Pinochet”. Para a revista Times, ele escreveu:

In Modern times there have of course been many instances of authoritarian governments under which personal liberty was safer than under democracies. (...) More recently I have not been able to find a single person even in much maligned Chile who did not agree that personal freedom was much greater under Pinochet than it had been under Allende (Hayek, 1978).

Ao contrário do que afirma Hayek, o regime Pinochet criou um sistema de perseguição e assassinato em massa contra a oposição ao regime, sindicalistas, líderes rurais e povos originários. A defesa desse tipo de liberdade não fazia parte dos objetivos neoliberais no Chile.

É importante deixar claro que a institucionalização do neoliberalismo no Chile em tão pouco tempo, como será visto a seguir, só foi possível graças a um governo autoritário que reprimiu a ação política da classe trabalhadora ao mesmo tempo que correspondeu aos interesses da burguesia chilena.

O general Augusto Pinochet e seus partidários se referiam, com firmeza, aos eventos de 11 de setembro de 1973 como “uma guerra”, e não como um coup d’état. (...)

Embora a batalha de Pinochet tivesse um lado só, seus efeitos foram tão danosos quanto os de uma guerra civil ou invasão estrangeira: ao todo, mais de 3.200 pessoas desapareceram ou foram executadas, pelo menos oitenta mil foram aprisionadas e duzentas mil deixaram o país por razões políticas (Klein, 2007).

4.1 A ASCENSÃO NEOLIBERAL

O que convenceu o general Augusto Pinochet, que pouco entendia de economia, a adotar o modelo neoliberal foi justamente o seu aspecto conservador e reacionário. Segundo Naomi Klein (2007) o general se aproximou das ideias a partir da apresentação destas como uma ordem natural, a qual a sua população deveria respeitar de forma hierárquica. O povo chileno iria pagar pelos “erros” cometidos anteriormente.

Em viagem financiada pelo Banco Hipotecário do Chile (BHC), Friedman recomendou a terapia de choque para os Chicago boys e diretamente, em carta, para Pinochet. Milton Friedman recomendou ao general Pinochet a implementação de várias medidas econômicas, incluindo uma reforma monetária para substituir o escudo pelo peso, visando um efeito psicológico positivo. Ele também sugeriu um compromisso do governo em reduzir os gastos públicos em 25% dentro de seis meses, com cortes uniformes em todas as repartições, e um crédito nacional de estabilização para complementar essa redução inicial, além de buscar um crédito externo se possível. Friedman também destacou a importância de o governo se comprometer a não financiar mais despesas através da emissão de dinheiro após seis meses. Ele incentivou a continuidade de uma política de câmbio que se aproxime do livre mercado e a eliminação de obstáculos que impediriam o desenvolvimento do país, como leis que dificultam o desemprego e controles de preços e salários (Friedman, 1974).

Por fim, recomendou também medidas para aliviar dificuldades severas entre as classes mais pobres, garantindo que essas ações “não causem danos a esses grupos”, entretanto reconheceu sua própria falta de conhecimento específico sobre a situação atual no Chile e não detalhou quais medidas deveriam ser tomadas (Friedman, 1974). A economia de mercado apoiada pelos neoliberais juntamente com as pretensões da junta militar de manter o monopólio do poder político servia perfeitamente aos interesses da classe dominante chilena. Naquele

momento quem estava se beneficiando dessas medidas eram as multinacionais estrangeiras e os recém-privatizados bancos chilenos (Klein, 2007).

Em 1975, o governo chileno implementou uma medida drástica ao cortar 27% dos gastos públicos de uma só vez, seguindo uma política rigorosa de redução de gastos até 1980. O novo ministro da Fazenda, Sérgio de Castro, conduziu um vasto programa de privatizações, vendendo aproximadamente 500 empresas estatais, e removeu barreiras comerciais de forma agressiva, expondo as indústrias locais a uma competição externa feroz resultando em um forte declínio na produção industrial e na perda de 177 mil empregos industriais até 1983 (Klein, 2007).

Ao adotar essas políticas econômicas rigorosas, Pinochet conseguiu alinhar-se com as diretrizes do FMI. Esse alinhamento não só assegurou o apoio financeiro e técnico do FMI, mas também evitou a dependência de empréstimos de outras entidades internacionais que possuíam exigências mais rígidas em termos de respeito aos direitos humanos (Fischer, 2007). Com ajuda do FMI, Pinochet conseguiu manter o acesso ao crédito externo sem a necessidade de comprometer-se com reformas democráticas ou melhorias substanciais em relação aos direitos humanos.

No primeiro ano da terapia de choque recomendada por Friedman, a economia chilena se contraiu em 15% e o desemprego — que atingira apenas 3% com Allende — chegou a 20%, um nível até então desconhecido no Chile. O país estava sendo convulsionado com esses “tratamentos”, sem dúvida. E, ao contrário das previsões otimistas de Friedman, a crise do desemprego durou anos e não meses (Klein, 2007).

André Gunder Frank, um economista alemão que foi aluno de Friedman em Chicago, viajou para o Chile com o objetivo de analisar a experiência neoliberal no Chile e escreveu duas cartas destinadas ao seu professor e a Arnold Harberger, outro economista da Universidade de Chicago. Frank argumentava que as políticas promovidas pelos Chicago Boys foram projetadas para favorecer o capital às custas do trabalho. Também criticou a legislação anti-sindical que debilitava a capacidade de organização e de barganha dos trabalhadores (Klein, 2007).

Ele utilizou dados fornecidos pela própria junta militar para criticar as desigualdades crescentes sob o regime neoliberal. Durante o governo de Eduardo Frei, os 5% mais ricos do

Chile viram sua participação na renda nacional aumentar drasticamente, enquanto a parcela destinada aos salários diminuiu de 51% para 25% no mesmo período (Frank, 1976).

Com a queda do salário real a população chilena, principalmente os mais pobres, consumiram menos alimentos nos primeiros anos da junta. Os itens mais afetados da cesta básica foram feijão, arroz e leite. Frank (1976) apontou que durante o governo Allende 17% do salário de um servidor público era necessário para alimentação e após o tratamento de choque o valor passou a corresponder a 74% do salário de subsistência oferecido aos desempregados, em grande parte demitidos do serviço público.

Uma contradição marcante nesse contexto foi a política de exportação de alimentos adotada pelo governo militar. Enquanto uma parcela significativa da população chilena enfrentava escassez alimentar e dificuldades econômicas, as exportações de alimentos do Chile aumentaram substancialmente. As exportações de alimentos cresceram de 34 milhões de dólares em 1973 para 159 milhões de dólares em 1975 (Frank, 1976).

No final da segunda carta, Frank dirige-se a Milton Friedman mostrando a sua indignação acerca da falha da teoria monetária neoclássica, que se mostrou insuficiente para conter a inflação apesar dos cortes gastos, redução da emissão de moeda, do corte de salário dos trabalhadores e da concentração de renda. Segundo ele, o tratamento de choque fez a produção industrial desacelerar a uma taxa de 15%, no início do regime, para 25% em 1975 e coloca a culpa no que ele chamou de “*Friedman-Harberger policy of economic genocide*” (Frank, 1976).

4.2 CRISE E RECONSTRUÇÃO

Muitos defensores do modelo neoliberal apontam o Chile como um exemplo bem-sucedido de economia neoclássica. No entanto, essa visão é motivo de discordância e Resende (2021) ressalta que a percepção de milagre econômico é limitada ao período de 1976 a 1982.

Entre 1976 e 1980, a economia chilena apresentou uma taxa média anual de crescimento do PIB de 7,6%, uma recuperação impressionante quando comparada à taxa média de apenas 1,3% registrada entre 1970 e 1975. Este período também foi marcado por um aumento na taxa de investimento e uma redução nas taxas de desemprego, embora estas ainda se mantivessem

elevadas. Esses fatores contribuíram para a construção da imagem do "milagre econômico" chileno (Resende, 2021).

Nesse período, as ideias sociais de Milton Friedman foram acatadas e houve a substituição das escolas públicas pelo sistema de crédito para as escolas privadas, a privatização do sistema de saúde e a medida mais controversa: a privatização do sistema de seguridade social (Fischer, 2007).

A ideia era que, ao transferir a responsabilidade das pensões para o setor privado, os indivíduos teriam mais controle sobre suas economias e investimentos. Na prática significava que o risco dos investimentos individuais seria tomado pelos próprios trabalhadores, com o Estado oferecendo proteção mínima. Em dez anos, os fundos de pensão privados passaram a representar uma parcela significativa do PIB chileno e dois terços do mercado ficaram concentrados nas mãos dos bancos BHC e Cruzat-Larraín (Fischer, 2007).

O uso da terra e a habitação em Santiago foram desregulamentados e submetidos ao mecanismo de mercado. Como consequência, os conglomerados empresariais ligados ao regime de Pinochet passaram a controlar o mercado de seguridade social, o que fortaleceu ainda mais o poder autoritário do regime. Essas empresas, beneficiadas pela proximidade com o governo, puderam expandir sua influência econômica e política, consolidando um sistema onde os poderes econômico e político estavam intimamente ligados (Fischer, 2007).

A livre ação do sistema financeiro junto aos privilégios dados às empresas que eram próximas ao regime levou o Chile a uma recessão em 1982. Aproximadamente um terço do sistema financeiro foi à falência devido à forte desvalorização do dólar, levando o governo a assumir a dívida desses bancos. O governo assumiu o controle do BHC e do Cruzat-Larraín, os mesmos que controlavam o mercado da previdência social, três bancos foram liquidados e o estado assumiu a dívida externa de 3 bancos que continuaram em operação (Fischer, 2007).

A hiperinflação estava de volta e o desemprego chegou a 30% naquele ano. Sergio de Castro, assim como a maioria dos Chicago Boys do governo, foi demitido do seu cargo e em seu lugar assumiu o vice-presidente do BHC e ex-aluno da Universidade de Chicago, Rolf Luders (Fischer, 2007).

Para destruir o movimento de oposição e conter os crescentes protestos sociais, o regime proclamou mais um estado de sítio suprimindo qualquer forma de resistência da classe trabalhadora. Em paralelo, o governo definiu preços mínimos para culturas essenciais como o trigo, subsidiou créditos agrícolas, além de renegociar dívidas em termos altamente favoráveis para promover a produção de culturas destinadas à exportação (Fischer, 2007).

Também foram criadas medidas para reduzir o custo da mão de obra, o que significou menores salários e piores condições de trabalho para os trabalhadores agrícolas. Como afirma Naomi Klein (2007):

Está claro que o Chile nunca foi o laboratório de livres mercados “puros” que seus defensores alegavam. Ao contrário, era um país no qual uma pequena elite deu um salto da riqueza ao superenriquecimento num espaço muito curto de tempo — uma fórmula altamente lucrativa bancada por dívidas e pesadamente subsidiada (depois afiançada) com fundos públicos.

A estabilização e o crescimento da economia chilena no fim da década de 1980 são frequentemente citados como prova do sucesso das políticas neoliberais implementadas pelo regime de Pinochet. No entanto, esses mesmos anos também viram um aumento drástico da desigualdade de renda e da pobreza. A concentração de riqueza nas mãos de uma pequena elite econômica foi acompanhada por uma deterioração significativa nas condições de vida da maioria da população (Klein, 2007).

Os dados de 1988 mostram que, apesar do crescimento econômico, quase metade da população havia entrado na linha de pobreza. A receita dos 10% mais ricos aumentaram 83% e em 2007 o país ocupava o 116º lugar entre 123 nações avaliadas pelas Nações Unidas em termos de desigualdade (Klein, 2007).

A concentração de riqueza não foi um acidente, mas uma estratégia bem-sucedida do regime para consolidar o poder econômico e político em um grupo de elites corporativistas que tinham o objetivo de manter a estrutura de capital, antes ameaçada pelo governo Allende e seu caminho para o socialismo.

5 CONCLUSÃO

As teorias econômicas são intrinsecamente ligadas ao contexto histórico e social em que são desenvolvidas. A validação dessas teorias não se dá apenas pela sua capacidade de explicar a realidade econômica, mas também pela maneira como respondem às questões específicas de sua época. A história do pensamento econômico está repleta de exemplos que demonstram essa relação entre o desenvolvimento teórico e o contexto histórico.

A descontinuidade da teoria do valor-trabalho como principal paradigma econômico, por exemplo, está ligada a um contexto em que a economia industrial estava em expansão e as questões sobre a natureza do trabalho, a distribuição de riqueza e a legitimidade da propriedade privada eram amplamente debatidas. Assim como a teoria keynesiana emergiu como uma resposta às falhas da teoria econômica marginalista em lidar com as crises do capitalismo (Hunt, 2013) (Nunes, 2007).

Falsear ou até mesmo verificar as premissas presentes na teoria neoclássica não é tão relevante quanto se parece para a consolidação dela. É importante reconhecer que a teoria neoclássica se consolidou não tanto pela precisão empírica dessas premissas, mas pela utilidade da teoria em fornecer modelos matematicamente elegantes e aplicáveis. Mesmo economistas como Milton Friedman, defensores do método popperiano, argumentaram que a realidade das premissas não era tão crucial quanto a capacidade do modelo de gerar previsões precisas e úteis. E ainda assim, como foi visto anteriormente, muitas vezes a capacidade de gerar previsões úteis são debatidas constantemente pela academia (Blaug, 1999).

A ascensão do neoliberalismo entre as décadas de 1950 e 1970 coincide com uma transformação significativa no campo da economia, onde o paradigma keynesiano, que havia dominado a política econômica e a teoria acadêmica desde a Grande Depressão, foi gradualmente substituído pelo ressurgimento das ideias neoclássicas. Este retorno dos neoclássicos ao *mainstream* acadêmico não ocorreu de forma isolada, mas esteve ligado ao movimento político e ideológico do neoliberalismo, que buscou redefinir o papel do Estado na economia e promover um mercado mais livre de intervenções.

A adoção do neoliberalismo pela junta militar no Chile, após o golpe de Estado de 1973, não foi apenas uma escolha de política econômica, mas representou um projeto mais amplo de

reestruturação do Estado e da sociedade chilena. Sob a liderança de Augusto Pinochet, o regime militar implementou reformas profundas que visavam transformar o Chile em um laboratório para as ideias neoliberais, influenciadas por economistas como Milton Friedman, Friedrich Hayek e Arnold Harberger. Este projeto contou com o apoio ativo de figuras políticas importantes, como Ronald Reagan e Margaret Thatcher, e foi respaldado pela elite econômica chilena, composta por latifundiários, industriais e banqueiros.

Por quase duas décadas, os trabalhadores chilenos foram privados do direito de organização e de negociação coletiva, e foram excluídos do processo de tomada de decisões sobre a política do país. As políticas neoliberais, implementadas sem qualquer consulta popular, levaram a um aumento significativo da desigualdade e da pobreza, enquanto a riqueza e o poder se concentraram ainda mais nas mãos de uma pequena elite.

Quando Friedrich Hayek, o santo padroeiro da escola de Chicago, voltou de uma visita ao Chile, em 1981, estava tão impressionado com Augusto Pinochet e os Garotos de Chicago que escreveu uma carta para sua amiga Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica. Incentivou-a a utilizar aquele país sul-americano como exemplo para a transformação da economia keynesiana da Grã-Bretanha. Mais tarde, Thatcher e Pinochet se tornariam grandes amigos, o que ela demonstrou ao visitar o velho general quando ele esteve em prisão domiciliar, na Inglaterra, sob acusação de genocídio, tortura e terrorismo.

A primeira-ministra britânica estava bastante familiarizada com aquilo que denominou “o notável sucesso da economia chilena” e descreveu-o como “um admirável exemplo de reforma econômica com o qual temos inúmeras lições a aprender” (Klein, 2009).

Foi mostrado que o neoliberalismo, desde suas origens, carrega uma concepção de liberdade e democracia que, em muitos aspectos, se opõe ao ideal de uma democracia em que as massas têm um papel central na definição das políticas econômicas e sociais. Pensadores como Walter Lippmann e Louis Rougier, em suas reflexões, manifestavam preocupações com a capacidade das massas de tomar decisões racionais no campo econômico, o que levou ao desenvolvimento de uma visão do neoliberalismo que valoriza a tecnocracia e as regras rígidas como mecanismos de governo.

A contradição entre a liberdade econômica promovida pelo neoliberalismo e a democracia substantiva, na concepção de Osório (2014) aquela que inclui a igualdade social como um componente central, é claramente ilustrada pela experiência chilena.

A privatização da água no Chile exemplifica as implicações do neoliberalismo na gestão de recursos naturais e na desigualdade social. A reforma da gestão da água no Chile, que permitiu a criação de um mercado de direitos de água, foi uma das mais radicais do mundo. Conforme Budds (2004), esses direitos passaram a ser considerados propriedade privada, podendo ser comprados e vendidos livremente, independentemente da terra a que estavam vinculados.

Na prática, a privatização da água tem favorecido grandes agricultores e empresas, especialmente aquelas envolvidas em atividades como a mineração e a exportação agrícola. Por outro lado, pequenos agricultores, comunidades indígenas e camponesas enfrentam sérias dificuldades para acessar direitos de água legalizados (Budds, 2004).

O sistema de previdência privada no Chile criado durante o regime Pinochet, amplamente elogiado por economistas neoliberais como um modelo eficiente e sustentável, tem se mostrado problemático décadas após sua implementação, revelando falhas que afetam diretamente a qualidade de vida dos aposentados.

Devido à dependência das contribuições individuais e ao desempenho do mercado financeiro, muitos chilenos recebem pensões que estão abaixo do salário mínimo, o que os coloca em uma situação de extrema vulnerabilidade econômica. O problema é agravado pelo fato de que, em muitos casos, os trabalhadores não conseguem acumular um saldo suficiente em suas contas individuais devido à instabilidade no mercado de trabalho, caracterizado por altos níveis de terceirização, informalidade e rotatividade.

O impacto dessas pensões inadequadas é sentido pelos aposentados, muitos dos quais enfrentam dificuldades para cobrir despesas básicas como alimentação, saúde e moradia. Essa situação tem gerado não apenas insegurança financeira, mas também um profundo sofrimento psicológico entre a população idosa. Em alguns casos, a desesperança e o sentimento de desamparo têm levado a um aumento nas taxas de suicídio entre os aposentados, evidenciando a falha do sistema em prover uma aposentadoria digna (Reverbel, 2017; Tatemoto, 2019).

O movimento estudantil chileno conhecido como "pinguins" representou a resistência dos estudantes secundaristas chilenos contra as políticas neoliberais implementadas no Chile,

especialmente no campo da educação. Este movimento emergiu com força em 2006, durante a presidência de Michelle Bachelet, e ganhou ainda mais destaque em 2011 e 2012, sob o governo do empresário de direita Sebastián Piñera. As principais demandas do movimento incluíam a luta por uma educação gratuita e de qualidade, a reforma do sistema de vouchers e um maior financiamento estatal para as universidades públicas (Rojas, 2012).

Todo esse sentimento popular contrário às determinações neoliberais da constituição chilena estabelecida sob o regime de Augusto Pinochet, e o descaso do Estado com questões sociais essenciais, culminaram em um clamor nacional por mudanças estruturais. Este descontentamento generalizado levou o povo chileno a ir às ruas em 2019, em protestos que começaram como uma reação ao aumento das tarifas do metrô e rapidamente se transformaram em um movimento de contestação às desigualdades econômicas e sociais existentes no país.

Em 2020, um plebiscito aprovou a elaboração de uma nova constituição, com 78% dos votos a favor. No entanto, em 2023, a proposta de nova constituição apresentada em um parlamento de maioria conservadora foi rejeitada por mais de 55% dos eleitores.

A defesa de uma ciência econômica meramente utilitarista, desvinculada de valores morais, tende a reforçar e perpetuar as relações de classe existentes dentro de um Estado capitalista (Nunes, 2007). Historicamente, o capitalismo tem demonstrado uma tendência de concentração de riqueza nas mãos de uma pequena parcela da população, o que, por consequência, leva à concentração de poder político. Quando o Estado se abstém de intervir nesses processos, o poder econômico de uma classe específica se traduz em maior controle político, eliminados os fundamentos de uma democracia plena e inclusiva (Osório, 2014).

Uma abordagem econômica que se baseia unicamente no individualismo e ignora questões morais falha em reconhecer o papel do Estado como arena de disputa política e como mediador fundamental nos conflitos distributivos. Diferente do que prega a teoria da escolha pública neoclássica, que muitas vezes desconsidera a importância da intervenção estatal, é crucial que a teoria econômica leve em conta a necessidade de o Estado atuar para garantir que a democracia não seja apenas um mecanismo formal, mas uma realidade substantiva.

Como foi abordado por diversos autores referenciados neste trabalho, se as políticas públicas se limitam à proteção do livre mercado e deixam de intervir em conflitos distributivos, a democracia perde seu sentido substantivo, tornando-se um sistema em que as desigualdades econômicas se traduzem em desigualdades políticas, perpetuando a dominação de uma classe sobre as demais. Assim, para que a democracia seja efetiva e plena, é necessário que a teoria econômica reconheça e aborde as implicações morais e políticas das relações econômicas dentro de uma sociedade capitalista.

Este trabalho buscou demonstrar a transformação das relações de capital no Chile através da implementação do neoliberalismo, explorando tanto o surgimento desse movimento na Europa quanto sua adaptação ao contexto chileno. A análise da formação socioeconômica do Chile evidenciou como o neoliberalismo não apenas alterou as estruturas do poder político no país, mas também reforçou as desigualdades existentes, concentrando ainda mais riqueza e poder nas mãos de uma pequena elite.

Além disso, ficou claro como a ciência econômica neoclássica desempenhou um papel crucial ao conferir uma aparência de cientificidade às políticas econômicas adotadas pelo regime de Pinochet. Ao fornecer teorias que justificavam a ausência de intervenção estatal e a promoção do livre mercado ajudou a legitimar as reformas neoliberais, mesmo quando estas resultaram em profundas desigualdades e no desgaste da democracia substantiva no Chile.

REFERÊNCIAS

- BLAUG, M. ; LIMA, A. S. **Metodologia da economia ou como os economistas explicam**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1999.
- BUDDS, J. Power, nature and neoliberalism: the political ecology of water in Chile. **Singapore Journal of Tropical Geography**, v. 25, n. 3, p. 322–342, nov. 2004.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FISCHER, K. The influence of neoliberals in Chile before, during, and after Pinochet, 1930-1980. *In*: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (eds.). **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2009.
- FRANK, A. G. **Economic genocide in Chile: monetarist theory versus humanity; two open letters to Arnold Harberger and Milton Friedman**. Nottingham: Spokesman Books, 1976.
- FRIEDMAN, M. [Carta]. Destinatário: Augusto Pinochet. Santiago, 21 abr. 1975. Disponível em: <https://www.economiaysociedad.cl/la-carta-de-friedman-al-presidente-pinochet>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- FRIEDMAN, M. Why government is the problem. **Essays in Public Policy**, v. 39, 1993.
- HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. [S.l.]: Imb, 2010.
- HAYEK, F. A. [Carta]. Destinatário: Revista Times. Frieburg, 26 jul. 1978. Disponível em: <https://lobo.lu/letter-hayek-times/>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, E. **Viva la revolución: ensaios sobre a América Latina**. [S.l.] São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HUDSON, R. A. ; LIBRARY OF CONGRESS (eds.). **Chile: a country study**. 3rd ed. Washington, D.C.: Federal Research Division, Library of Congress: For sale by the Supt. of Docs., U.S. G.P.O, 1994.
- HUNT, E.K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- HUNT, E. K. ; SHERMAN, H. **Historia do pensamento econômico**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.
- KLEIN, N. **A doutrina do choque**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.
- KRUGMAN, P. Who was Milton Friedman? **The New York Review of Books**, v. 54, n. 2, 15 fev. 2007.
- LIPPMANN, W. **The good society**. Boston: Little, Brown and Company, 1938.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. [s.l: s.n.], 2014

MIROWSKI, P. Neoliberalism: the movement that dare not speak its name. **American Affairs**, v. 2, n. 1, 2018.

MIROWSKI, P. ; PLEHWE, D. (eds.). **The road from Mont Pèlerin**: the making of the neoliberal thought collective. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2009.

NUNES, A. J. AVELÃS. **Uma introdução à economia política**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

OSTRY, J. D. ; LOUNGANI, P. ; FURCERI, D. Neoliberalism: Oversold? **Finance & Development**, v. 53, n. 2, p. 38-41, 2016.

PAULANI, L. M. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, v. 13, p. 115–127, dez. 1999.

PTAK, R. Neoliberalism in Germany: revisiting the ordoliberal foundations of the social market economy. *In*: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. (eds.). **The road from Mont Pèlerin**: the making of the neoliberal thought collective. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2009.

RECH, L. ; BALANCO, Paulo. **A compreensão Marshalliana do estado, liberalismo e o autoritarismo de Chicago**. 2024. Submetido à publicação.

RECH, L. **O Estado na teoria econômica**: os diferentes paradigmas e suas diferentes leituras. 2019. 184f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

REVERBEL, Paula. Como é se aposentar no Chile, o 1º país a privatizar sua previdência. **BBC News Brasil**, 2017. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/internacional-39931826. Acesso em: 15 ago. 2024.

ROBBINS, L. **The great depression**. 2. ed. Nova York: Books for Libraries Press, 1971.

ROJAS, R. Chile: Return of the Penguins. **Against the Current**, v. 157, mar. 2012.

TATEMOTO, R. No Chile, previdência privada prejudicou cidadãos e onerou ainda mais o Estado.” **Brasil de Fato**, maio 2019. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2019/05/28/no-chile-previdencia-privada-prejudicou-cidadaos-e-onerou-ainda-mais-o-estado. Acesso em: 15 ago. 2024.

TRIBE, K. Liberalism and neoliberalism in Britain, 1930-1980. *In*: MIROWSKI, P. ; PLEHWE, D. (eds.). **The road from Mont Pèlerin**: the making of the neoliberal thought collective. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2009.

WINN, P. **A revolução chilena**. São Paulo: Unesp, 2010.

WHYTE, J. **The morals of the market**: human rights and the rise of neoliberalism. London; New York, NY: Verso, 2019.